

**DULCELINO TAVARES DUARTE**

**A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO  
DOS ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA  
NAS ESCOLAS SECUNDARIAS DA PRAIA.**

**BACHARELATO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

**PRAIA - 2006**

---

DULCELINO TAVARES DUARTE

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MEI DE INTEGRAÇÃO  
DOS ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA  
NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS DA PRAIA.

Trabalho Científico apresentado ao Instituto Superior de Educação para obtenção  
do grau de Bacharelato em Educação Física, sob a orientação do  
Mestre José Rodrigo Bejarano.

BACHARELATO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

PRAIA - 2006

---

---

Página de Aprovação

Trabalho científico subordinado ao tema “A Educação Física como meio de Integração dos Alunos Portadores de Deficiência nas Escolas Secundarias da Praia”, elaborado por Dulcelino Tavares Duarte.

Aprovado pelos membros do júri.

Foi homologado pelo conselho científico e pedagógico do Instituto Superior de Educação – Cabo Verde, como requisito favorável, à obtenção do grau de Bacharelato em Educação Física.

**O JÚRI,**

Presidente

-----  
Arguente

-----  
Orientador  
-----

Praia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006

---

## **Dedicatória**

É com muito carinho e gratidão que dedicamos este trabalho, especialmente:

- À minha querida mãe, Angélica Mendes Tavares, e ao meu querido Pai, Inocêncio Duarte, pelo apoio e incentivo prestado ao longo da minha vida enquanto estudante. Em fim, por tudo que têm feito por mim dentro das suas possibilidades;
  
  - À minha tia Benvinda Afonso, pela força moral e psicológica que me concedeu;
  
  - Aos professores Luís Lopes e Filomeno Tavares, pela força e incentivo prestado ao longo deste trabalho.
-

## Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela saúde e coragem para enfrentar as dificuldades deparadas ao longo do Curso.

Agradeço também:

- A todos, que de uma forma directa ou indirecta ajudaram - me na elaboração deste trabalho, em especial ao meu primo, Eleutério Afonso e ao meu orientador, Mestre Rodrigo Bejarano, pelas suas incontestáveis contribuições na efectivação do presente trabalho;

- Ao Instituto Cabo-verdiano de Acção Social (ICASE), na pessoa de Dr.<sup>a</sup> Deolinda pelo apoio no pagamento das propinas;

- A todos os meus colegas e Professores do Curso de Bacharelato em Educação Física 2003 – 2006;

- A todas as pessoas que, de uma forma directa ou indirecta, me apoiaram e me ajudaram a concretizar o meu sonho.

---

---

# Índice Geral

	<b>Pág.</b>
Introdução .....	12
 I - PARTE TEORIAS CONCEITOS SOBRE A TEMÁTICA  	
2. Conceitos .....	16
2.1. Educação Física .....	16
2.1.1. Educação Física Adaptada .....	16
2.2. Desporto.....	16
2.2.1. Desporto para Pessoas com Necessidades Especiais.....	17
2.3. Deficiência.....	17
2.3.1 As Categorias de Deficiência.....	18
2.4. Desvantagem.....	19
2.4. Integração.....	19
2.5.1. Integração escolar.....	20
2.6. Inclusão.....	20
2.7. Necessidades Educativas Especiais.....	21
2.8. Educação Inclusiva.....	21
2.9. Educação Especial.....	22
3. EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO.....	23
3.1. Âmbito Internacional do Tratamento dos Portadores de Deficiência no passado e na actualidade.....	25
3.2. Âmbito Nacional do Tratamento dos Portadores de Deficiência.....	29
3.2.1. Legislação Existente.....	30
3.2.2. Acções já levadas a cabo.....	33
3.2.3. Instituições na Área.....	34
3.3. A Educação Física no Sistema de Ensino Nacional e a Problemática da Integração dos Portadores de Deficiência.....	36
3.3.1. A Estrutura do Programa de Educação Física do Ensino Secundário de Cabo Verde.....	36

---

---

3.3.1.1	Análise Crítica do Programa.....	40
---------	----------------------------------	----

II - PARTE

TRABALHO PRÁTICO DE TERRENO

1.	Introdução.....	43
2.	Objectivo do estudo.....	43
3.	Descrição dos instrumentos utilizados.....	44
4.	Caracterização da Amostra.....	45
5.	As Condições Físicas e Organizativas do Ensino Secundário tendo em conta a Problemática da Integração dos Portadores de Deficiência.....	47
5.1.	Apresentação e Análise dos Resultados dos Inquéritos.....	47
5.1.1.	Resultado do Inquérito aos Alunos.....	47
5.1.2.	Resultado do Inquérito aos Professores.....	55
5.1.4.	Resultado das Observações das Aulas.....	61
5.2.	Análise Geral dos Resultados.....	63
	Conclusão.....	66
	Recomendações.....	69
	Anexos.....	73

---

---

## Índice de gráficos

	<b>Pág.</b>
<b>Gráfico 1:</b> Sexo e idade dos alunos inquiridos.....	48
<b>Gráfico 2:</b> Concelhos de origem dos alunos inquiridos.....	48
<b>Gráfico 3:</b> Distribuição dos alunos inquiridos em Portadores e Não Portadores de Deficiência, conforme o sexo.....	49
<b>Gráfico 4:</b> Distribuição das diferentes deficiências dos inquiridos, por categoria, conforme o sexo.....	49
<b>Gráfico 5:</b> Distribuição dos Portadores de Deficiência inquiridos que praticam aulas de Educação Física na escola em contraponto com aqueles que não praticam, conforme o sexo.....	50
<b>Gráfico 6:</b> Distribuição dos não Portadores de Deficiência inquiridos que praticam aulas de Educação Física na escola em contraponto com aqueles que não praticam, conforme o sexo.....	51
<b>Gráfico 7:</b> Motivos que obrigam os Portadores de Deficiência inquiridos a não participarem nas aulas de Educação Física (conforme o sexo) .....	51
<b>Gráfico 8:</b> Opinião dos alunos sobre a importância da Educação Física e Desporto para a vida social dos mesmos (Universo de portadores e não portadores de deficiência) .....	52
<b>Gráfico 9:</b> Factores que mais atraem os Portadores de Deficiência para as aulas de Educação Física.....	52
<b>Gráfico 10:</b> Clima psicológico vivido nas aulas de Educação Física pelos Portadores de Deficiência. (Universo dos portadores de deficiência entrevistados) .....	53
<b>Gráfico 11:</b> Portadores de Deficiência que Praticam algum tipo de desporto fora da escola (universos dos portadores de deficiência) .....	54
<b>Gráfico 12:</b> Opinião dos alunos não portadores de deficiência sobre o direito daqueles que são portadores de deficiência em fazer aulas de Educação Física.....	54
<b>Gráfico 13:</b> Opinião dos alunos sobre as competências dos professores para atender convenientemente aos alunos Portadores de Deficiência.....	55
<b>Gráfico 14:</b> Distribuição dos Professores inquiridos por Sexo.....	56
<b>Figura 15:</b> Residência dos Professores inquiridos.....	56
<b>Gráfico 16:</b> Nível de Formação dos Professores de Educação Física.....	57

---



---

<b>Gráfico 17:</b> Opinião dos professores sobre as suas próprias competências para atender convenientemente aos alunos Portadores de Deficiência.....	57
<b>Gráfico 18:</b> Opinião dos professores sobre a frequência dos alunos Portadores de Deficiência às aulas de Educação Física.....	58
<b>Gráfico 19:</b> Opinião dos professores sobre o nível de acompanhamento dos conteúdos por parte dos alunos.....	58
<b>Gráfico 20:</b> Opinião dos professores sobre as condições físicas de acolhimento das Escolas para os alunos Portadores de Deficiência. ....	59
<b>Gráfico 21:</b> Opinião dos professores sobre as relações existentes entre os alunos Portadores de Deficiências e as ditas “normais” nas aulas de Educação Física. ....	59
<b>Gráfico 22:</b> Opinião dos professores sobre a viabilidade de uma Integração através da Educação Física. ....	60
<b>Gráfico 23:</b> Opinião dos professores em como os alunos Portadores de Deficiência devem participar nas aulas de Educação Física.....	61

---

## **Índice de Tabelas**

	<b>Pág.</b>
Tabela 1: Os conteúdos do programa nacional de Educação Física.....	37
Tabela 2. Estabelecimento de Ensino no presente ano lectivo dos alunos inquiridos.....	47
Tabela 3. Quadro Síntese das observações directas às escolas.....	62

---

## **Índice de anexos**

**Anexo 1** – Inquérito para alunos

**Anexo 2** – Inquérito para professores

**Anexo 3** – Ficha de observação directa de aulas

**Anexo 4** – Alguns desportos praticáveis pelos deficientes.

---

## **Abreviatura**

AFA – Actividade Física adaptada

CCD – Comissão Cabo-verdiana de desporto para deficientes

DGEBS – Direcção Geral do Ensino Básico e Superior

EF – Educação Física

EE – Educação Especial

EBI – Ensino Básico Integrado

NEE – Necessidades educativas Especiais

INE – Instituto Nacional de Estatística

LBSE - Lei de base do Sistema Educativo

EFA – Educação Física Adaptada

MEVRH – Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos

PNE – Pessoas com Necessidades Especiais

---

## Introdução

O trabalho que ora se apresenta tem como temática central - A Educação Física como meio de Integração dos Alunos Portadores de Deficiências nas Escolas Secundárias da Praia. Como o próprio título indica, encontra-se delimitado a um campo específico que é o estudo do caso das Escolas Secundárias da Praia.

A ideia de desenvolver uma investigação no âmbito das Actividades Físicas Educativas para pessoas com Necessidades Educativas Especiais, mais especificamente no que diz respeito ao valor da Educação Física e Actividades Desportivas em geral para a Integração dos alunos Portadores de Deficiência na sociedade, deve-se ao facto de, ao longo do Curso de Bacharelato termos tido a oportunidade de ser confrontados com essa problemática no âmbito da disciplina de nome “*Base da Educação Física Especial*”. Nesse âmbito, conhecendo aquilo que se propõe hoje para a Educação Física e Desportiva a favor dos alunos Portadores de Deficiência, a nosso ver, é pouco conhecido pela nossa sociedade em geral e por isso é pouco desenvolvido e pouco aceite.

Como Hipótese inicial o trabalho parte do seguinte princípio geral:

A Educação Física e as Actividades Desportivas em geral, quando em presença de condições físicas, curriculares e humanos convenientes, contribuem grandemente para a Integração dos Portadores de Deficiências na escola e na sociedade. Especificamente, pressupomos, que as Escolas Secundárias Públicas da Praia não conseguem uma integração plena dos alunos Portadores de Deficiência no campo da Educação Física por não estarem preparadas em termos de Infra-estruturas, Recursos Humanos e currículo adaptados para atender as Necessidades Desportivas dos Portadores de Deficiência.

Em termos de metas, o trabalho pretende demonstrar o contributo da Educação Física e Desportiva na integração dos alunos Portadores de Deficiência na escola e na sociedade, tendo os seguintes objectivos específicos:

---

- 
- Estudar e analisar a realidade da prática das aulas de Educação Física e Desportivas para alunos Portadores de Deficiências nas Escolas Secundárias da cidade da Praia;
  - Visitar as escolas Secundária da cidade da Praia que trabalham com estes alunos para averiguar a realidade em termos de condições de Infra-estruturas, humanas e programáticas para atendimento das Necessidades Educativas Especiais no domínio da Prática da Educação Física;
  - Recolher opinião dos alunos e professores de Educação Física sobre a pertinência do atendimento das Necessidades Educativas Especiais na concepção e concretização dos programas e Actividades Educativas;
  - Analisar as exigências do programa escolar de Educação Física do ensino Secundário, a fim de averiguar referências à integração dos alunos Portadores de Deficiências a nível dos conteúdos e objectivos.

Como metodologia para a execução deste trabalho, foi necessário o seguinte processo:

Para a elaboração desse trabalho, foi determinante a elaboração de um ante-projecto e a sua validação pelo orientador, de seguida fizemos uma pesquisa bibliográfica a documentos que versam o objectivo do nosso estudo em Centros de documentação, bibliotecas, Internet. Seguidamente, realizamos um inquérito, a entrevista exploratória e a observação directa do universo em estudo, bem como a análise de alguns dados estatísticos. Nesta fase foram absolutamente necessárias deslocações às sete escolas Secundárias Públicas e uma associada da Cidade da Praia, Instituto Nacional de Estatística (análise aos dados estatísticos, sobre as ocorrências de casos de deficiência na cidade da Praia na população em idade do ensino secundário), Núcleo Central de Educação Especial do Ministério da Educação e Centro Nacional de Reabilitação para análise da realidade das Actividades Físicas e Desportivas com os alunos Portadores de Deficiências na cidade da Praia.

Outra metodologia foi a consulta e análise das exigências do programa escolar e reflexão sobre o mesmo, na lógica da integração dos alunos Portadores de Deficiências.

Dividimos o trabalho em duas partes, como demonstramos a seguir:

A primeira, onde se encontram apresentadas abordagens absolutamente teóricas. Na segunda, os resultados do trabalho de terreno. Para fechar, apresenta as conclusões e recomendações.

---

I - PARTE

---

---

## **TEORIAS CONCEITOS SOBRE A TEMÁTICA**

---

### **1. Enquadramento da problemática**

Numa altura em que cada vez mais se fala de educação para todos, promoção dos direitos humanos e triunfo da integração em lugar da exclusão, é de toda a pertinência o desenvolvimento de um trabalho à volta deste tema, afim de contribuir para uma maior emancipação do assunto. Porque acreditamos vivamente no esforço conjugado de todos aqueles que estão ligados a essa problemática, decidimos contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que sejam portadores de Necessidades Educativas Especiais.

Mas antes de continuar, convém definir e clarificar os termos chaves dentro desta temática, algo que fazemos no capítulo seguinte.

---



## **2. CONCEITOS**

Para iniciar, entendemos ser pertinente clarificar termos e expressões comuns deste campo de estudo. Assim, apresentamos a seguir, do ponto 2.1 ao 2.9, um quadro de significados, definições e tratados sobre esses termos.

### **2.1. Educação Física**

A Educação Física (EF) é uma disciplina do currículo escolar que visa contribuir para o desenvolvimento harmonioso do corpo e da mente através dos exercícios devidamente orientados (Barata, 1999:18).

#### **2.1.1. Educação Física Adaptada**

“É uma área da Educação Física que tem como objectivo de estudo a motricidade humana para as pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), adequando metodologias de ensino para o atendimento e as características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais” (Duarte e Werner, 1995:9)

Segundo Nogueira (2000), A Educação Física Adaptada (EFA) é a adequação de metodologia, adaptação de materiais e técnicas que venham atender as diferenças individuais de cada portador de deficiência. E essas adequações, devem ser baseadas nos tipos e características das deficiências para que possa dar oportunidade a todos a participação no maior número de actividades possíveis, visando, assim, sua melhoria à nível motor, afectivo, cognitivo, assim como a interacção e integração com as demais pessoas.

### **2.2. Desporto**

O Desporto é um fenómeno sócio-cultural, que envolve a prática voluntária de actividade predominantemente física competitiva com finalidade recreativa ou profissional, ou predominantemente física não competitiva com finalidade de lazer, contribuindo para a formação, desenvolvimento e/ou aprimoramento físico, intelectual e psíquico de seus praticantes e espectadores. Geralmente sujeita a determinados regulamentos. Para ser

---

Desporto tem que haver envolvimento de habilidades e capacidades motoras, regras instituídas por uma confederação regente e competitividade entre opostos. Algumas modalidades desportivas, se praticam mediante veículos ou outras máquinas que não requerem realizar esforço, em cujo caso é mais importante a destreza e a concentração do que o exercício físico. Idealmente o Desporto diverte e entretém, e constitui uma forma metódica e intensa de um jogo que tende à perfeição e à coordenação do esforço muscular tendo em vista uma melhoria física e espiritual do ser humano. As modalidades desportivas podem ser colectivas ou individuais, mas sempre com um adversário. (PEREIRA et Al., 2005:14)

### **2.2.1. Desporto para Pessoas com Necessidades Especiais**

Considera-se Desporto para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais, toda e qualquer actividade desportiva adaptada, que tem como objectivo a inclusão de pessoas com necessidades especiais (Deficiente Mental, Deficiente Físico, Deficiente Auditivo, Deficiente Visual, termos que clarificamos a seguir), em práticas desportivas.

Normalmente estes desportos, seguem as normas e regras das modalidades desportivas existentes, fazendo-se pequenas, mas importantes, mudanças principalmente nos equipamentos e locais de competição.

Como exemplo de Desportos para Pessoas com Necessidades Especiais, podemos citar: Goalbal, Basquetebol em cadeiras de rodas, Natação para Deficientes Físicos, Futsal para Cegos, Futsal para Deficientes Auditivos, futebol de sete para portadores de paralisia cerebral etc. Como Exemplo, o Comité Caboverdiano do Desporto para deficientes tem desenvolvido um excelente manual nesse campo no ano 2000.

### **2.3. Deficiência**

Segundo a organização Mundial da Saúde (OMS) a Deficiência é o nome dado a toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica. Diz respeito à biologia da pessoa. A expressão “pessoa com deficiência” pode ser aplicada referindo-se a qualquer pessoa que possua uma deficiência. Contudo, há que se observar que

---

---

em contextos legais ela é utilizada de uma forma mais restrita e refere-se a pessoas que estão sob o amparo de uma determinada legislação.

O termo “Deficiente” é atribuído a qualquer redução das aptidões físicas ou mentais, devida a um funcionamento perturbado ou defeituoso do raciocínio ou de um órgão de elaboração mental ou de actividade (Potter, 1986:03).

O Deficiente quase sempre precisa de atendimento especializado, para que possa aprender a lidar com a deficiência, minimizando os problemas dela decorrentes, sendo que a Educação Especial é hoje uma das áreas da educação que mais tem crescido e desenvolvido nos estudos científicos para melhor atender a estas pessoas. A nomenclatura actual prevê o uso do termo "pessoa com deficiência", considerado mais correcto, em vez de "deficientes". (Vayer e Roncin, 1992:19)

### **2.3.1 As Categorias de Deficiência**

Baseando-se nos aspectos fundamentais e construtivos de qualquer indivíduo, Potter (1996:05) apresenta três grandes categorias de deficiência:

- Mentais (atrasados e doentes);
- Físicos (de origem cerebral ou traumáticas);
- Fisiológicos (perturbações cardíacas, pulmonares, diabéticas, epilépticas).

Segundo o autor cada tipo de perturbação compreende uma necessidade de adaptação e de doseamento da actividade desportiva em função do nível de afectação.

De realçar que no Censo 2000, da República de Cabo Verde, encontra - se categorizada de seguinte modo:

A – Deficiência Motora:

Esta categoria compreende as deficiências nos membros Superiores e/ou inferiores; a Paralisia do lado esquerdo/direito – (Paralisia de uma metade do corpo); a Paralisia dos membros superiores/inferiores; Paralisia do tronco ou dos membros inferiores e a Paralisia total (Paralisia dos membros superiores e inferiores). O caso mais grave que o INE apresenta, é uma categoria denominada Paralisia Cerebral. No entanto indica, ainda, como Deficiências

---

Motoras os casos de hidrocefalia, mongolismo e sequelas de pólio.

Outras Deficiências são ainda, apresentadas tais como a cegueira total, Cegueira parcial, Surdez parcial, Surdez total e Mudez.

#### B – Deficiência Mental

Os deficientes mentais apresentam limitações no seu desenvolvimento devido à redução das capacidades que contribuem para o nível global da inteligência isto é, habilidades cognitivas, linguísticas, motoras e sociais manifestadas durante o período de desenvolvimento.

#### C – Deficiência Múltipla:

É a combinação de uma deficiência motora, com uma outra do tipo “outra deficiência”. Devido a multiplicidade das deficiências existentes e a sua complexidade, os vários tipos de deficiência foram reagrupados, para efeitos de análise, pelo próprio INE mas essas especialidades não têm relevância para o nosso trabalho. Por isso não as apresentamos

### **2.4. Desvantagem**

Desvantagem ou (Handicap) é a condição social de prejuízo sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma actividade considerada normal em atenção a idade, o sexo e os factores sócio – culturais. (INE, senso 2000, República de Cabo Verde)

### **2.4. Integração**

Correia (1992), define a integração como sendo um conceito que pretende, sempre que possível, a colocação da criança com Necessidades Educativas Especiais, junto da criança dita “normal”, para fins académicos e sociais.

A integração é um processo de inserção do PNE no ensino regular e pode ser conceituada como um “fenómeno” complexo que vai muito além de colocar ou manter [PNE] em classes

---

---

regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional” (Pereira, 1980, p. 3).

De acordo com Sasaki (1997: 30-31)

*“A ideia de integração surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade para qualquer actividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência”.*

### **2.5.1. Integração escolar**

Segundo Birch (1974) a integração escolar, é um processo que pretende unificar a Educação Regular e a Educação Especial com o objectivo de oferecer um conjunto de serviços a todas as crianças, com base nas suas necessidades de aprendizagem.

## **2.6. Inclusão**

A inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive, da própria pessoa com Necessidades Especiais. Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação. (Cidade e Freitas, 1997:sp)

Segundo Sasaki (1997) a inclusão significa a modificação da cidade como pré requisito para que pessoas com Necessidades Educativas Especiais possam buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

Segundo o mesmo autor, o conceito de educação inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca. No que respeita às escolas, a ideia é de que as crianças com Necessidades Educativas Especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. O objectivo

---

da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência. Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto. No entanto, por vezes surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com Necessidades Especiais devido à necessidade de criar as condições adequadas.

## **2.7. Necessidades Educativas Especiais**

O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) começou a ser difundido em 1978, a partir da sua adopção no Relatório “Warnock”, apresentado ao parlamento do Reino Unido, pela Secretaria de Estado para a Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a Secretaria do Estado para o País de Gales. Este relatório foi o resultado do 1º comité britânico, presidido por Mary Warnock, e que foi constituído para reavaliar o atendimento aos deficientes. Os resultados demonstraram que vinte por cento (20%) das crianças apresentam Necessidades Educativas Especiais em algum período da sua vida escolar. A partir destes dados, o relatório propõe o conceito de Necessidades Educativas Especiais.

No entanto, a expressão NEE só foi adoptado e redefinido em 1994 na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), passando a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Inclui tantas crianças em desvantagem como as chamadas super dotadas, bem como crianças de rua, as que trabalham, as de populações remotas ou nómadas, crianças pertencentes a minorias étnicas ou culturais e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

## **2.8. Educação Inclusiva**

A Educação inclusiva (EI) é uma acção educacional, humanística, democrática, amorosa sem ser piedosa, que percebe o sujeito em sua singularidade e que tem como objectivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

---

---

A Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as Necessidades Educativas Especiais de todos os sujeitos - alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Enquanto prática pedagógica colectiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família - escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para um futuro mais solidário, menos discriminatório.

## **2.9. Educação Especial**

A Educação Especial (EE) é o ramo da educação, que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas deficientes em instituições especializadas. Ela realiza-se fora do sistema regular de ensino. Nesta abordagem, as demais Necessidades Educativas Especiais que não se classificam como deficiência não estão incluídas.

É uma acção educativa organizada para atender especifica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto que outras se dedicam a vários. O ensino especial tem sido alvo de críticas, por não promoverem o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças. No entanto, é necessário ter em conta que a escola regular nem sempre consegue oferecer uma resposta capaz de atender às necessidades físicas, emocionais e intelectuais destas crianças.

A escola direccionada para a EE conta com materiais, equipamentos e professores especializados. O sistema regular de ensino precisa adaptar-se, caso deseje atender de forma inclusiva. Educação Especial denomina tanto uma área de conhecimento quanto um campo de actuação profissional. De um modo geral, a Educação Especial lida com aqueles fenómenos de ensino e aprendizagem que não são os mesmos com que lida a Educação regular. Tal modalidade lida com a educação e aperfeiçoamento de indivíduos que não se beneficiaram dos métodos e procedimentos usados pela Educação regular. Dentro de tal concepção, inclui-se em Educação Especial desde o ensino de pessoas com deficiências sensoriais, passando pelo ensino de jovens e adultos, até mesmo ensino de competências profissionais.

---

### 3. EDUCAÇÃO FÍSICA COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO

A Educação Física desempenha um papel importante na integração dos alunos Portadores de Deficiência na sociedade, quando ela é adaptada a realidade de cada aluno. Desta forma as necessidades, motivações, aptidões e limitações que a deficiência ou a doença ou outra razão implicam a qualquer aluno, devem ser conhecidas pelos profissionais de Educação Física que trabalham com esses alunos. Esta perspectiva, segundo Cidade e Freita (1997) contribui grandemente para a integração dos alunos desfavorecidos.

*“A Educação Física na escola, quando engloba no seu seio a Atividades Físicas Adaptadas (AFA) se constitui numa grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens portadores de deficiência. Isso porque, proporcionando que vem valorizados e se integrem num mesmo mundo. O programa de Educação Física, quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando - o na busca de uma melhor adaptação” . (Cidade e Freitas, 1997)*

Segundo Silva e Krug (1999), nos seus estudos realizado no Brasil, sobre a inclusão dos portadores de NEE na escola e nas aulas de Educação Física, chegaram a conclusão de que o aluno portador de NEE, necessita de atividades físicas especializadas tanto quanto o aluno considerado normal. Salientam ainda que um bom trabalho na área de EF ajuda o aluno portador de deficiência, amenizando as suas frustrações, entretanto o trabalho para ter bons resultados tem que ser bem planejado e executado. Destacam ainda que o profissional que opta por este trabalho tem que ter boa formação teórica, isto é, um bom conhecimento na área de EE e de EF e, acima de tudo, ter muita força de vontade, garra e amor. Desta forma, a EF poderá tornar-se um processo facilitador da inclusão das pessoas portadoras de NEE na escola.

A Educação Física escolar, sendo adaptada ou não, pode ser uma forma de proporcionar ao aluno uma oportunidade de realizar e aprender novos movimentos, de lazer e recreação, de aprendizagem de novos jogos e brincadeiras e também uma oportunidade de competição e

---



---

integração com outros alunos, servindo a objectivos educacionais ligados a sua independência e aos contactos sociais (Nogueira, 2000).

Segundo o mesmo autor, a EF, enquanto área de actuação junto ao ser humano, deve ser flexível a ponto de atender a todos. Afirmo ainda que não é a EF que muda, quando actua com um ou outro indivíduo, mas, sim, a postura do profissional, que deve estar preparado para actuar junto a todas as pessoas, sejam elas deficientes ou não.

Aviz (1998) ressalta que a actividade física e/ou desporto pode significar para o portador de deficiência, o desenvolvimento da auto-estima, a melhoria da sua auto-imagem, o estímulo à independência, a integração com outras pessoas, uma experiência enriquecedora com seu próprio corpo, (...) além de uma oportunidade de testar suas possibilidades, prevenir-se contra deficiências secundárias e integrar-se consigo mesmo e com a sociedade.

Para aplicar esta perspectiva positiva, os profissionais de Educação Física, Reabilitação, Recreação e Desporto, necessitam de ter acesso a uma formação profissional sobre a adaptação de Actividades Físicas Educativas para as pessoas Portadoras de Deficiência.

O conceito de Educação Especial não se refere apenas aos alunos que apresentam dificuldades de ordem sensorial, intelectual ou motoras. Não diz respeito apenas aos alunos que apresentam dificuldades num dado momento de aprendizagem, mas também aos professores e a todos aqueles que, intervindo no processo de ensino – aprendizagem, contribuem assim para o êxito ou fracasso dos educandos.

Desta forma, os programas de formação para profissionais, em todos os níveis, devem incluir conteúdos e experiências práticas sobre a adaptação das Actividades Físicas Educativas, sobretudo no contexto da integração para pessoas com Necessidades Especiais. Embora nem todas as escolas estejam preparadas para receber o aluno portador de uma ou outra deficiência e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades desses alunos.

As Vantagens da inclusão das Pessoas Portadoras de NEE nas aulas de Educação Física, segundo a Organização das Nações Unidas, tanto os deficientes como os ditos normais beneficiam quando houver uma educação inclusiva.

---

---

1. Estudantes com deficiência: (a) aprendem a gostar da diversidade; (b) adquirem experiência directa com a variedade das capacidades humanas; (c) demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não; e (d) ficam melhor preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada, pois entendem que são diferentes, mas não inferiores.

2. Estudantes sem deficiência: (a) têm acesso a uma gama bem mais ampla de papéis sociais; (b) perdem o medo e o preconceito em relação ao diferente, desenvolvem a cooperação e a tolerância; (c) adquirem grande senso de responsabilidade e melhoram o rendimento escolar; e (d) são melhor preparados para a vida adulta porque desde cedo assimilam que as pessoas, as famílias e os espaços sociais não são homogêneos e que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

Ainda, segundo essa mesma organização, os alunos portadores de deficiência, ao conviverem com os alunos da sua faixa etária considerados normais, em ambientes comuns, têm mais condições de desenvolver as suas capacidades, e de desfrutar um convívio social mais rico e abrangente, sem tantos rótulos e estigmas. Afirma ainda que a integração nas aulas de EF, não é benéfica apenas para as crianças portadoras de deficiência. Ela pode ser percebida como uma "via de mão dupla", pois as crianças consideradas normais, ao conviverem em condições de igualdade com aquelas que apresentam défice, também serão beneficiadas. Aprendem que o mundo não é um lugar onde todos são iguais, que tais pessoas, mesmo "diferentes", merecem respeito, amizade e afecto. Aprendem também que existem muitas formas de ajudá-las em suas necessidades, inclusive educacionais. Crescem, enfim, com uma visão menos preconceituosa dos indivíduos portadores de deficiência, deixando de lado barreiras psicológicas que só conduzem a sua estigmatização e segregação.

### **3.1. Âmbito Internacional do Tratamento dos Portadores de Deficiência no passado e na actualidade**

A problemática sobre a população Portadora de Deficiência é uma matéria que vem ganhando expressão a nível mundial, pois, segundo estimativa da Organização das Nações Unidas, existem no mundo aproximadamente um total de 600 milhões de pessoas Portadoras de Deficiência, sendo cerca de um terço destas, 180 milhões são crianças. A maioria dessas

---

---

peçoas, ou seja, 400 milhões dessas peçoas vivem nos paíes em via de desenvolvimento, e desta, 80 milhões vivem no nosso continente, Africano. (INE, 2000)

**a) História da Deficiência no mundo**

Ao longo da história da humanidade, como já foi referido anteriormente, não tem equacionado sempre da mesma forma a problemática da deficiência. Segundo lowenfeld (1973), ela tem sido perspectivada de quatro formas distintas: Separação, Protecção, Emancipação e Integração, que correspondem a períodos diferentes na historia da inserção social do deficiente (p.132-135).

Ao longo dos séculos houve sempre necessidade de cuidar de uma camada de deficientes em todas as populações. Com isso, a sociedade criou sempre a volta dessa camada da população “diferente” um certo número de receios, medos e preconceitos, rejeitando-os e excluindo-os da comunidade.

A ignorância, a superstição e o medo constam de entre os factores sociais que, ao longo da história das peçoas portadoras de deficiência, vêm condicionando o processo de seu normal desenvolvimento.

As primeiras instituições a prestar cuidados a essa camada de população foram, em quase todos os paíes, de tipo asilar, criadas por organizações de caridade ou benevolência, onde lhes eram assegurados os cuidados indispensáveis e as necessidades de ordem física mínimos.

As primeiras legislações que criaram serviços públicos de atendimento aos deficientes, atribuíram responsabilidades médicas em matéria de cuidados e tratamentos. Esse tipo de atendimento foi organizado em grandes instituições, segregadas da comunidade, e dependentes dos serviços de saúde e dos assuntos sociais e benevolência.

As peçoas portadoras de deficiência, eram vistas como um ser estranho, eventualmente prejudicial, que convinha afastar da vida colectiva, incapazes de conviver com os outros e aprender na escola comum. Assim começa a surgir a ideia de formar grupos homogéneos, de acordo com a categoria de deficiências, o que levou ao aparecimento das escolas especiais (escolas de cegos, surdos, conforme a categoria de deficiência).

---

O objectivo da Educação Especial era então o de resolver as situações resultantes da deficiência e não tinha em conta as características do indivíduo.” (www.minedu.cv.2006)

Num breve passeio mais detalhado pela história podemos acrescentar ainda, que na antiguidade e entre os primeiros, o tratamento destinado aos portadores de deficiências assumiu dois aspectos contraditórios: alguns tentavam matá-los por considera-los incapazes e outros os protegiam para poder conseguir a amizade dos deuses.

Os hebreus achavam que as deficiências físicas ou sensoriais correspondiam a uma punição divina e por isso impediam qualquer portador de deficiência de ter acesso a direcção dos serviços religiosos.

Na Roma antiga existiam leis que autorizavam os patriarcas a matar seus filhos deficientes, o mesmo se passava em Esparta, onde os recém-nascidos, frágeis ou deficientes eram lançados do alto do Taipeiro (Abismo de mais de 2400 metros de altitude)

O Hindus, ao contrário dos Hebreus, sempre consideraram que as pessoas deficientes, sobretudo os cegos, são pessoas de muita sinceridade justamente por serem cegos, e estimulavam a inserção dos deficientes visuais nas funções religiosos.

Os atenienses, por influência de Aristóteles, protegiam seus doentes e os deficientes, concedendo - lhes a possibilidade de exercer uma actividade produtiva ou, como sucedia nalguns casos, sustentando-os.

Durante a Idade Média, já sob a influência do historicismo, os senhores feudais ajudaram os deficientes e os doentes colocando - os em casas de assistência por eles mantidos. Progressivamente, com a perda de influência do feudalismo, apareceu a ideia de que os portadores de deficiência deviam ser inseridos no sistema de produção ou assistido pela sociedade.

Mas foi com o renascimento que o método assistencialista começou a vigorar, através da integração dos portadores de deficiências no mercado de trabalho. Na era moderna, começou-se a inventar vários tipos de materiais com intuito de arranjar emprego e propiciar maior

---

---

conforto possível aos portadores de deficiências, tais como: Cadeiras de rodas, bastões, bengalas, muletas, próteses, macas, veículos adaptados, com as movesses. O código Braille que foi criado por *Louis Braille* proporcionou a perfeição dos deficientes visuais no mundo da linguagem. (Pereira, LM, 1984, p. 132-135)

#### **b) Declaração de Salamanca**

Foi declarada a nível internacional, em 1994 e versa sobre as principais políticas e práticas em Educação Especial.

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação activa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial.

Os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 Organizações Internacionais em assembleia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de Junho de 1994, reafirmaram o seu compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência da organização da oferta educativa para as crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais dentro do sistema regular de ensino e reestruturaram o Modelo de Acção em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações do governo e organizações sejam guiados. (Declaração de Salamanca, artigo 1º).

O Compromisso dos Estados partes ficou firmado nessa carta de 83 artigos que, é do nosso interesse apresentar mas por ser muito longo, torna o nosso trabalho desmedidamente longo.

---

### **3.2. Âmbito Nacional do Tratamento dos Portadores de Deficiência**

Em relação a Cabo Verde, segundo os dados do Censo 2000, mesmo tendo em conta a ausência das Guerras e calamidades naturais, que são as grandes responsáveis e causadoras de deficiência a nível global, revelam um número cada vez maior de pessoas Portadoras de Deficiências.

No momento da publicação do Censo 2000, a população Portadora de Deficiência com 4 anos e mais correspondia a um total de 13631 efectivos, dos quais 6790 (49,2%) eram homens e 6841 (50,2%), mulheres.

Apesar do desenvolvimento da legislação sobre a integração de pessoas com deficiência, é um facto que demasiadas pessoas se encontram ainda excluídas e privadas de oportunidades para participarem plenamente da sociedade

Só em Cabo Verde as pessoas com deficiências constituem 2,3 % (14.000 pessoas) da população total (INE, Censo 2000). O Desporto e a Actividade Física não só têm assumido uma crescente importância em termos económicos, mas também desempenham um papel significativo no bem-estar físico, emocional e social de pessoas com deficiências e necessidades especiais.

Nos últimos anos, tem havido algum trabalho no campo do desporto para deficientes em Cabo Verde. Convém realçar que os deficientes em Cabo Verde têm tido um desempenho excelente nas competições para atletas Para olímpicos, conseguindo várias medalhas (Ouro, Prata e Bronze) a nível internacional. Este facto merece muita atenção, questões que nos permitem dizer até que ponto que as Actividades Físicas Educativas e Desportivas, contribuem para a integração das pessoas Portadores de Deficiente na Sociedade Cabo-verdiana.

Por outro lado, vários debates entre técnicos sobre o que é a Educação Especial, começou a ter lugar nalguns países e conclui-se que face ao processo de aprendizagem, essas crianças apresentam necessidades específicas. Cabo Verde não tem fugido à regra.

---

O país deu os primeiros passos para o atendimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais, incluindo os portadores de deficiência, no sistema de ensino, no ano lectivo de 1994/95, com a criação de um pequeno núcleo de Educação Especial a nível dos serviços centrais. O núcleo vem tentando responder a algumas situações isoladas nas escolas da Praia, e ao mesmo tempo desenvolvendo actividades com o objectivo de paulatinamente e duma forma sistemática, na constituição, em todo o país de núcleos com alguma preparação na área actuando como apoio ao professor de ensino regular.

Pretende-se uma mudança de atitudes e de mentalidades, no sentido de ajudar a desenvolver as capacidades do indivíduo portador de deficiências, ajudando-o no acesso à escolarização, e adquirir autonomia e independência necessárias à sua sobrevivência.

Tudo isso, graças ao Comité Cabo-verdiano do Desporto para Deficiente (CCD), que criou, em 1998, uma rede temática sobre a integração social e educativa de pessoas com deficiências.

### **3.2.1. Legislação Existente**

A problemática das pessoas Portadoras de Deficiência e a discussão do mesmo em torno da sua integração, como já foi referido anteriormente, não é um termo recente e sim, de um fenómeno antigo que actualmente tem conhecido novo incremento e novas perspectivas.

A actual produção de legislação e a criação de estruturas apropriadas, visam garantir ao deficiente o direito à educação, ao trabalho e ao desporto, possibilitando que ele se assuma como cidadão de pleno direito.

É nesta lógica que foram criadas várias leis sobre a Educação Especial em Cabo Verde, entre os quais, se destacam:

- a. Lei de Base do Sistema Educativo Cabo-verdiano (LBSE) (Lei 103/III/90 de 29 de Dezembro)
  - b. Constituição da República (1999, 1ª Revisão Ordinária)
  - c. Lei Orgânica do Ministério da Educação
-

**a) Lei de Base do Sistema Educativo Cabo-Verdiano**

Nesta lei encontramos vários Artigos que realçam essa problemática:

Assim, o artigo 44º, relativo a Educação Especial, decreta que:

1. As crianças e jovens portadores de deficiências físicas ou mentais beneficiarão de cuidados educativos adequados, cabendo ao estado a responsabilidade de assegurar gradualmente os meios educativos necessários e de apoiar iniciativas autárquicas e particulares conducentes ao mesmo fim, visando permitir a sua recuperação e integração sócio-educativa;

2. No âmbito do disposto no número anterior, à Educação Especial cabe essencialmente:

a) Proporcionar uma educação adequada às crianças e jovens deficientes com dificuldades de enquadramento social;

b) Possibilitar o máximo desenvolvimento das capacidades físicas intelectuais dos deficientes;

c) Apoiar e clarificar as famílias nas tarefas que lhes cabem relativamente aos deficientes, permitindo a estes uma mais fácil inserção no meio sócio-familiar;

d) Apoiar o deficiente com vista a salvaguardar o seu equilíbrio emocional;

e) Reduzir a limitação que são determinadas pelas deficiências;

f) Preparar o deficiente para a sua integração na vida activa, segundo o disposto na (LBEE n.103III/90p.26).

No Artigo 45, encontramos aspectos importantes sobre a Educação para a criança deficiente nos termos que a seguir apresentamos:

*1. A EE organiza-se segundo métodos específicos de atendimento adaptados às características de cada grupo;*

*2. A EE destinada ao deficiente poderá ser desenvolvida em instituições específicas desde que o grau de deficiência o justifique.*

---



---

3. A EE poderá desenvolver-se, para efeitos do cumprimento da escolaridade básica, de acordo com currículos, programas e regime de avaliação adaptados às características do educando.

4. A integração em classes regulares de crianças e de jovens portadores de deficiências será promovida sempre que daí resultem vantagens para a sua educação e formação, tendo em conta as necessidades de atendimento específico e apoio de professores, pais ou encarregados de educação.

Ainda no mesmo documento, no seu Artigo 46º afirma algo sobre a Educação para a criança sobredotadas. Assim, consagra ao Estado a tarefa de criar condições para acolher crianças com superior ritmo de aprendizagem, com o objectivo de permitir o natural desenvolvimento das suas capacidades mentais.

#### **b) Constituição da República (1999)**

Na versão mais actualizada da Carta Magna da Nação Cabo-verdiana, encontramos no seu artigo 23º o seguinte:

*«Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer dever por razões de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas».*

Ainda encontramos no artigo 75º os direitos dos portadores de deficiência que determina o seguinte:

1. Os portadores de deficiência têm direito à especial protecção da família da sociedade e dos Poderes Públicos.
2. Para efeitos do número anterior, incumbe aos poderes públicos, designadamente:

- 
- a) Promover a prevenção da deficiência, o tratamento, a reabilitação e a reintegração dos portadores de deficiência, bem como as condições económicas, sociais e culturais que facilitem a sua participação na vida activa;
  - b) Sensibilizar a sociedade quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os portadores de deficiência, fomentando e apoiando as respectivas organizações de solidariedade;
  - c) Garantir aos portadores de deficiência prioridade no atendimento nos serviços públicos e a eliminação de barreiras arquitectónicas e outras, no acesso a instalações públicas e a equipamentos sociais;
  - d) Organizar, fomentar e apoiar a integração dos portadores de deficiência no ensino e na formação técnico-profissional.

OBS: Este artigo, também encontra - se no Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 23 de Novembro, Série I, n.º 43;

### c) **Lei Orgânica do Ministério da Educação**

No Artigo 16º sobre as atribuições dos serviços centrais deste Ministério, encontramos que é atribuída à Direcção da Educação Pré-escolar, Básica e à Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário a incumbência de promover a integração Sócio – Educativa das crianças com NEE, nomeadamente, as portadoras de deficiência.

De modo geral, de 1990 a 2000 verificaram-se avanços e conquistas em termos legais da Educação Inclusiva no nosso país, e com isso, se torna importante frisar que as cláusulas indicadas nos artigos acima citados, tem como objectivo integração de pessoas portadores de deficiência no ensino regular.

Estes documentos dão um suporte legal ao processo de integração de crianças com NEE no ensino regular.

### **3.2.2. Acções já levadas a cabo**

Algumas acções de relevo foram já levadas a cabo em Cabo Verde de 1994 a esta parte, como sendo:

---

- 
- Levantamento da situação na zona de Achada Santo António (ASA) - 1994/95;
  - Acções de sensibilização/capacitação a professores e coordenadores pedagógicos do concelho da Praia;
  - Sensibilização da sociedade, dos responsáveis e técnicos de diversos sectores;
  - Alargamento a outros concelhos do país, nomeadamente Mindelo, S. Filipe, S. Domingos, Santa Cruz, Assomada, com formação dirigida a professores em exercício, gestores e coordenadores pedagógicos do EBI – 96/97 e 98;
  - Seminário de formação/sensibilização sobre necessidades educativas especiais aos finalistas do Instituto Pedagógico da Praia, -1995 à presente data;
  - Acções de sensibilização sobre necessidades educativas especiais a professores do Instituto Pedagógico de São Vicente e da Praia – 1996;
  - Encontros com os responsáveis do Instituto Pedagógico (IP) de S. Vicente e da Praia professores de área de Ciências da Educação dos respectivos institutos – 1996 discutindo as modalidades de introdução a nível do EBI, de um módulo sobre o atendimento das necessidades educativas especiais ";
  - Introdução de um módulo sobre necessidades educativas especiais na disciplina de Ciências da Educação para os alunos do 1º e 2º anos do IP da Praia – 97/98;
  - Encontro de técnicos em Maio de 1996, do qual saíram algumas recomendações e orientações para a implementação da Educação Especial;
  - Encontro de sensibilização com os professores da Escola Técnica da Praia e do Liceu da ASA – 1998;
  - Encontro de sensibilização com coordenadores e professores do Liceu da Assomada e do Liceu José Augusto Pinto em S. Vicente, – 1999.

(Fonte: [www.minedu.cv](http://www.minedu.cv))

### **3.2.3. Instituições na Área**

Podemos destacar as Instituições que mais têm preenchido o cenário da temática Integração dos Deficientes em Cabo Verde. Assim, destacamos umas públicas e outras não governamentais, mas todas lutando pela mesma causa - A Integração dos Portadores de Deficiência. Assim, apontamos algumas:

---

---

- A Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde (ADEVIC), fundada em 1993 e estatutos publicados no BO nº 47 de 22/11/93, tem desenvolvido importantes acções em prol da integração dos cegos cabo-verdianos, na defesa e cumprimento dos seus direitos e na sensibilização da sociedade. Esta associação tem a sua Sede e Direcção Nacional na Praia, uma Direcção Regional em S. Vicente e antenas nas ilhas de Santo Antão, Fogo, Sal e S. Nicolau, bem como nos Estados Unidos.

Trabalha nas áreas de Escolarização, Formação social e Profissional, Cultura e desporto, Inserção no mercado de trabalho, Apoio às famílias, Reabilitação/habilitação.

- A Associação de Apoio ao Desenvolvimento e Integração da Criança Deficiente (AADIC), que nasceu de um levantamento efectuado a nível de crianças portadoras de deficientes, como uma associação de pais e encarregados de educação. Criada em 1996, tem desenvolvido a sua acção com crianças e jovens dos 0 aos 18 anos abrangendo todo tipo de deficiências embora na prática trabalha mais com as crianças portadoras de deficiências auditivas, onde possui uma escola na localidade de Achada de Santo António.

- A Associação Cabo-verdiana de Deficientes (ACD), Criada em 1994, tem uma abrangência maior pois trabalha com todo tipo de deficientes motores, auditivas, mentais e visuais, independentemente da idade, embora com maior peso para os deficientes motores.

- A Unidade de Educação Especial, criada a nível da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (DGEBS) tem vindo desde a sua criação a desenvolver actividades de sensibilização da sociedade em geral e públicos específicos, formação de professores, coordenadores pedagógicos, gestores, alunos do Instituto Pedagógico e outros técnicos ligados à educação com base no material da UNESCO “Necessidades Especiais nas aulas”, promovendo a formação de técnicos no exterior, assegurando o atendimento, encaminhamento e acompanhamento de situações específicas, apoiando as escolas e os professores no atendimento às crianças.

- O Comité Cabo-verdiano de Desporto para Deficientes (CCD) que foi criado no seio da ACD, em 1998, com o principal objectivo de introduzir e promover o desporto para pessoas portadoras de deficiências em Cabo Verde como meio de integração, auto-valorização e inserção na sociedade Cabo-verdiana.

---

---

- O Centro Nacional de Ortopedia e Reabilitação Funcional (CNORF) - Situado em Achada São Filipe, arredores da Cidade da Praia, constitui o Paradigma nacional de reabilitação e integração dos deficientes. É o mais completo Centro de recuperação e apoio aos portadores de deficiência a nível do país.

### **3.3. A Educação Física no Sistema de Ensino Nacional e a Problemática da Integração dos Portadores de Deficiência**

Neste Capítulo apresentamos uma visão global do programa nacional de Educação Física do Ensino Secundário, a fim de podermos fazer uma crítica do mesmo dentro da óptica do atendimento das Necessidades Educativas Especiais, e das Actividades Físicas Educativas como meio de Integração de Alunos Portadores de Deficiência, temática deste trabalho.

#### **3.3.1. A Estrutura do Programa de Educação Física do Ensino Secundário de Cabo Verde**

A análise do Programa curricular de Educação Física, embora seja uma actividade um tanto exaustiva, é de capital importância para este trabalho, pois, nunca é demais recordar que um dos objectivos da nossa monografia é discutir a capacidade de resposta das escolas aos anseios dos Portadores de Deficiência a nível programático. Por esta razão, uma visão global do programa se torna uma tarefa imprescindível para o nosso trabalho. Assim, apresentamos de forma sumária este assunto.

O Programa nacional de Educação Física para o ensino Secundário está dividido em duas partes, de acordo com a faixa etária/ano de escolaridade: Programa do 1º Ciclo (7º e 8º anos) e Programa do 2º Ciclo (9º e 10º anos).

Nos Programas do 1º e 2º Ciclos (7º e 8º anos, 9º e 10º anos), as aulas devem ser de período contrário ao das outras disciplinas, em regime de 3 horas por semana, com turmas de 25 a 30 alunos.

As actividades no âmbito da disciplina podem ser categorizadas em:

1- Curriculares;

---

2- Extra curriculares.

Dentro das actividades Curriculares encontramos aulas normais e aulas suplementares.

No grupo das actividades extra - curriculares, encontramos centros de interesse e desporto escolar.

**a) Conteúdos**

Os conteúdos do programa de Educação Física distribuem-se por diferentes áreas. Por uma questão prática, entendemos ter cabimento a colocação das mesmas num quadro lógico, adaptado a partir dos dois programas nacionais existente, para facilitar a síntese e a tal visão global que queremos apresentar.

No programa de EF do 2º ciclo encontramos a composição curricular do EBI até ES (ver o anexo -5).

Algumas dessas áreas, são obrigatórias e outras não, conforme indica a tabela que se segue:

**Tabela 1: Os conteúdos do programa nacional de Educação Física**

Programas	Actividades Físicas e Desportivas		Áreas das Actividades Expressivas	Actividades de Exploração da Natureza	Capacidades Físicas
<b>1º Ciclo (Tronco comum)</b>	- Opcionais	- Andebol - Futebol - Basquetebol - Voleibol - Atletismo - Ginástica	- Dança	- Campismo - Montanhismo - <i>Ciclo-cross</i> - Natação - Vela	- Força - Resistência - Velocidade - Agilidade - Flexibilidade
	-Facultativas	-Ténis  -Ténis de mesa			
<b>2º Ciclo</b>	- Opcionais	- Andebol - Futebol - Basquetebol - Voleibol - Atletismo - Ginástica	-Dança moderna	- Actividades de ar livre - Natação - Vela	- Força - Resistência - Velocidade - Agilidade - Flexibilidade
	-Facultativas		-Dança tradicional		

## **b) Finalidades da Educação Física**

A Educação Física contribui para o desenvolvimento integral do aluno na perspectiva da melhoria da qualidade de vida, saúde e bem - estar:

- Melhorando a aptidão Física, elevando as capacidades Físicas de modo harmonioso adequado ao desenvolvimento do aluno;
- Permitindo uma cultura Física Básica que possa ter continuidade na escolaridade seguinte e que permita uma acção consciente para a prática regular da modalidade que melhor satisfaça as necessidades e os interesses individuais através da pratica de; Actividades Físicas e desportivas; Actividades expressivas e Actividades de exploração da natureza.
- Desenvolvendo hábitos e valores relativos à participação nas estruturas sociais que valorizam: a ética desportiva, a sociedade, a cooperação, a responsabilidade pessoal e colectivas;
- Consciência cívica na preservação do meio ambiente;
- Promovendo o sentido do respeito pela conservação do material e instalações utilizadas;
- Desenvolvendo o equilíbrio afectivo e emocional.

## **C. Objectivos Gerais**

Dentro desses objectivos gerais, temos aqueles que são comuns a todas as áreas e as que são gerais por areas.

### **▪ Objectivos comuns a todas as áreas:**

Todas as áreas devem contribuir para o aluno:

- 1- Elevar o nível funcional de capacidades condicionantes e coordenativas gerais básicas, em particular, a resistência, força, velocidade, agilidade e flexibilidade;
  - 2- Conhecer e compreender os processos fundamentais de adaptações morfológicas e psicológicas que favorecem as aptidões físicas;
  - 3- Analisar e interpretar o modo de realização das actividades físicas seleccionadas utilizando apenas conhecimentos sobre a técnica, regulamentos, organização e participação, ética desportiva, etc.
-

- 
- 4- Conhecer e aplicar cuidados higiénicos bem como as regras de segurança pessoal e dos companheiros e da preservação dos recursos materiais;
  - 5- Adotar atitudes de cordialidade e entreatada em todas as situações, favorecendo o aperfeiçoamento e a satisfação de si próprio e dos companheiros;
  - 6- Interpretar crítica e correctamente os acontecimentos desportivos nacionais e internacionais;
  - 7- Conhecer e interpretar os factores de saúde e riscos associados à prática das actividades físicas

▪ **Enquanto que no objectivos gerais por áreas, temos:**

Cada área curricular deve contribuir para a aquisição de comportamentos por parte dos alunos, como a seguir se especifica. Assim, o aluno deve:

1. Desportos colectivos:

- Cooperar com os companheiros para o alcance dos objectivos dos jogos desportivos, interpretando com correcção as solicitações de relação cooperação/oposição dos exercícios e no jogo admitindo as indicações que lhe dirigem aplicando a técnica do jogo e as suas regras. Conhecer a origem e evolução dos diferentes desportos abordados de uma forma elementar.

2. Ginástica

- Compor e realizar da Ginástica as destrezas elementares de solo e aparelhos em esquemas individuais e/ou de grupo aplicando as técnicas e expressões a apreciando os esquemas de acordo com esses critérios.

3. Dança

- Interpretar sequências de habilidades específicas elementares da dança em coreografias, cooperais com os companheiros apresentando sugestões de aperfeiçoamento na execução de habilidades e novas possibilidades de movimentação
-



---

considerando as iniciativas (sugestões, propostas e correcções) que lhe são apresentadas.

#### 4. Actividades de exploração da natureza

- Cooperar com os companheiros e professores na realização de actividades de exploração da natureza utilizando habilidades apropriadas de acordo com as características do meio respeitando as regras de segurança e de preservação do meio ambiente.

#### 5. Atletismo

- Realizar saltos, corridas, lançamentos segundo padrões simplificados e cumprindo correctamente as exigências elementares técnicas e regulamentares e saber utilizar os diversos instrumentos de trabalho.

### **3.3.1.1 Análise Crítica do Programa**

Analisadas as finalidades, matérias e objectivos do Programa, temos a dizer que o mesmo não exclui o Portador de Deficiência em termos de objectivos gerais comuns a todas as áreas e nem a nível das finalidades. Entretanto, não se pode dizer o mesmo ao nível de objectivos gerais intrínsecos a cada área. Nesse nível encontramos exigências em termos de cumprimento de técnicas, regras e destrezas que, dependendo do tipo de deficiência/desvantagem, o aluno pode sim, ser discriminado.

E como as aulas do dia-a-dia não se fazem pelos princípios gerais mas sim pelos específicos de área e pelos operacionais, a única forma deste programa incluir o aluno Portador de Deficiência é a nível de procedimento, adoptando por exemplo, Actividades Físicas Adaptadas.

Em toda a estrutura do Programa não há referencias a alunos com dificuldades acrescidas, deficiência ou mesmo NEE. Nesse aspecto ele é bastante omissivo. Reserva um lugar para os alunos com “mais dificuldades” em que devem ser alvo de tratamento/atenção especial em

---

---

aulas suplementares. Contudo é de se realçar que o Programa Nacional de Educação Física não foi pensado tendo em conta os alunos Portadores de Deficiência. Também convém realçar que o número de horas de aula que o programa contempla, na prática, não se concretiza.

---

## II - PARTE

---

## TRABALHO PRÁTICO DE TERRENO

---

### **1. Introdução**

No presente parte do trabalho, apresentamos, os objectivos do estudo, fizemos a descrição dos instrumentos utilizados, caracterizamos a amostra, procedemos a apresentação e análise dos resultados dos inqueritos aplicados aos alunos e professores de Educação Física e das observações directas feita às escolas secundaria da Praia.

Com base no esquema organizacional do nosso trabalho, em primeiro lugar apresentamos os resultados dos inqueritos aplicados aos alunos Portadores a não Portadores de Deficiência, que participam nas aulas de EF, e em segundo lugar aos dados dos inqueritos aplicados aos professores de EF dos mesmos alunos, em triceiro lugar apresentamos os resultados das observações directas das aulas, de seguida procedemos a análise geral dos resultados e posteriormente as conclusões e recomendações.

### **2. Objectivo do estudo**

Nesta parte do trabalho tivemos como objectivo, a aproximação do terreno para, de entre outras, apurar o seguinte:

Por um lado, da parte dos alunos, pretendíamos conhecer *in locu* a natureza do convívio entre os Portadores e não Portadores de Deficiência. A participação dos Portadores de Deficiência

---

nas aulas de Educação Física, e o modo como esse processo se verifica e qual o impacto tanto nos Portadores como nos não Portadores de Deficiência. Quisemos saber, ainda, qual a opinião dos alunos sobre as condições de acolhimento das escolas para os Portadores de Deficiência, qual o nível de preparação dos professores para lidar com os Portadores de Deficiência e, igualmente, sua opinião sobre o cabimento de uma Educação Física voltada para a integração dos alunos Portadores de Deficiência.

Para os Professores tínhamos os mesmos problemas, mas sob a perspectiva destes de modo a podermos fazer triangulação entre a visão dos alunos, por um lado, e a opinião dos Professores por outro. No fim, confrontá-la com a nossa própria opinião, fruto da nossa observação. Para esse fim, elaboramos os instrumentos de recolha de dados que a seguir apresentamos e que podem ser apreciados em detalhe nos anexos.

Para a recolha de dados utilizamos os seguintes instrumentos: Questionários para alunos e Professores e Guião de observação às escolas.

A recolha de dados fez-se numa abordagem às pessoas de uma forma individual, obedecendo às seguintes normas:

Primeiramente a explicação dos objectivos da pesquisa, de seguida a solicitação da colaboração voluntária dos mesmos, a explicação sobre a confidencialidade das respostas e finalmente a aplicação dos inquéritos.

### **3. Descrição dos instrumentos utilizados**

O Questionário aplicado aos alunos tinha um total de 11 pontos, alguns deles subdivididos com o qual pretendemos conhecer o público inquirido, sua participação nas Actividades de Educação Física e o grau de satisfação que isso lhes confere. Para os professores havia o mesmo número de questões, e colocamos os mesmos problemas com ligeiras adaptações de modo a que as mesmas se adequassem ao público docente. Para o guião de observação às escolas, fomos verificar as ocorrências dos parâmetros que submetemos ao juízo dos professores e alunos a fim de podermos ter oportunidade de registar a nossa própria impressão sobre os mesmos e efectuar uma completa confrontação de dados.

---

#### **4. Caracterização da Amostra**

Antes de entrar na caracterização das amostras, referente a esse estudo, afigura-se oportuno fazer referência a alguns elementos relativos ao Concelho onde foi feito o estudo, para posteriormente, centrar o estudo na caracterização dos grupos que constituíram a amostra do nosso estudo.

A Cidade da Praia fica situada na zona sul da ilha de Santiago. Ocupa uma superfície de 261 Km<sup>2</sup>, sendo 42 Km<sup>2</sup> de área urbana e 219 Km<sup>2</sup> de espaço rural. Segundo os dados do Censo 2000, existem 2334 agregados familiares para um total de 104499 habitantes (INE, Censo 2000).

Para fornecer serviços de Educação Secundária Pública, o estado tem a funcionar na Cidade da Praia as seguintes Escolas Secundárias: Liceu “Domingos Ramos”, Liceu “Cónego Jacinto”, Liceu “Pedro Gomes”, Escola Secundária Polivalente “Cesaltina Ramos”, Liceu “Constantino Semedo”; Liceu de Palmarejo e Liceu de Achada Grande.

A amostra do presente trabalho recobriu a 8 das 10 Escolas Secundárias onde o Estado actua como tutela ou como parceiro (as Públicas e as associadas) da cidade da Praia.

Das escolas visitadas, 7 são Escolas Secundárias Públicas (ver a tabela 2), 1 Escola Especial (Centro de Reabilitação situado em Achada são Filipe Praia), 1 escola que tem cooperação com o Ministério da Educação recebe professores e contribui com as outras componentes que é a Escola Secundária Amor de Deus.

Foram inquiridos 46 alunos e seus professores de EF num número total de 17. De entre os alunos inqueridos, foram escolhidos 4 alunos em cada escola, sendo 2 Portadores de Deficiência e 2 “dito normais” e 2 professores de EF desses alunos em cada escola, excepto o Centro de Reabilitação em que o professor é um só. Desses alunos inqueridos, 20 são do sexo masculino e 26 do sexo feminino.

---

---

Para além destes, foram também inquiridos, 14 alunos Portadores de Deficiências que estão no Centro de Reabilitação situado em Achada São Filipe –Praia.

Foi efectuada um total de 10 observações de aulas em escolas onde foram aplicados os inquéritos, no período que decore entre Abril e Junho. Na sequência dessas observações levamos uma ficha de registo, para registar as ocorrências, nos trâmites indicados na tabela 3.

## 5. As Condições Físicas e Organizativas do Ensino Secundário tendo em conta a Problemática da Integração dos Portadores de Deficiência

Esta parte é composta pelo resultado do trabalho de campo realizado. Contém síntese e comentário dos inquéritos aos alunos, professores e das visitas realizadas às Escolas Secundárias da Praia.

### 5.1. Apresentação e Análise dos Resultados dos Inquéritos

Os resultados do estudo empírico são apresentados através de gráficos e quadro.

#### 5.1.1. Resultado do Inquérito aos Alunos

Na Tabela 2 e nos Gráficos da figura 1 a 4 temos dados meramente descritivos da amostra de trabalho. Fizemos breves comentários sobre os mesmos a fim de facilitar a compreensão das características dos grupos de alunos que colaboraram para o trabalho. Nesta etapa os dados são meramente descritivos.

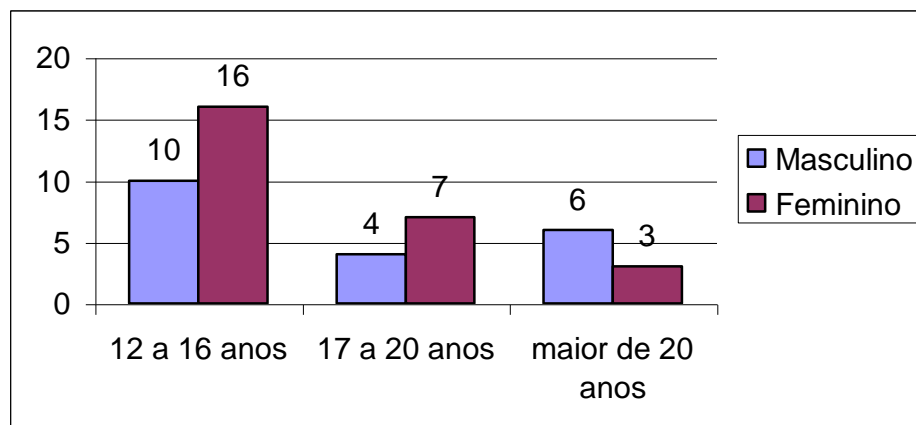
**Tabela 2. Estabelecimento de Ensino no presente ano lectivo dos alunos inquiridos**

Estabelecimento de ensino	Sexos		Total
	Masculino	Feminino	
Liceu Domingos Ramos	2	2	4
Escola Secundária do Palmarejo	2	2	4
Escola Secundária Polivalente “Cesaltina Ramos”	2	2	4
Escola Secundária Pedro Gomes	2	2	4
Liceu de Calabaceira	2	2	4
Escola Secundária Constantino Semedo	2	2	4
Escola Secundária Amor de Deus	3	1	4
Escola Secundária Cónego Jacinto	2	2	4
Centro Nacional de Reabilitações	9	5	4
<b>Total</b>	20	26	46



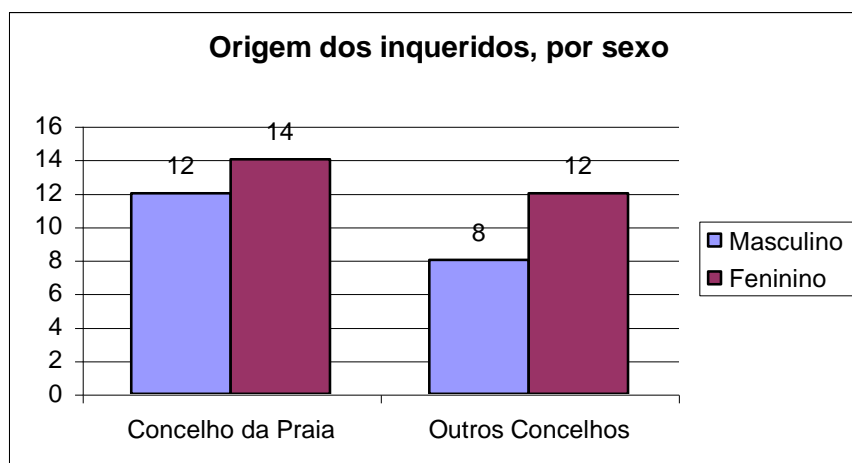
A Tabela acima demonstra a distribuição dos alunos inquiridos por estabelecimento. Como já explicamos na descrição de amostra nas Escolas Secundárias optamos arbitrariamente por escolher dois alunos de cada sexo e sempre que possível, 50% Portadores de Deficiência e 50% não Portadores. Já no Centro Nacional de Reabilitações, contemplamos todos os alunos presentes no dia da nossa visita.

**Gráfico 1: Sexo e idade dos alunos inquiridos**



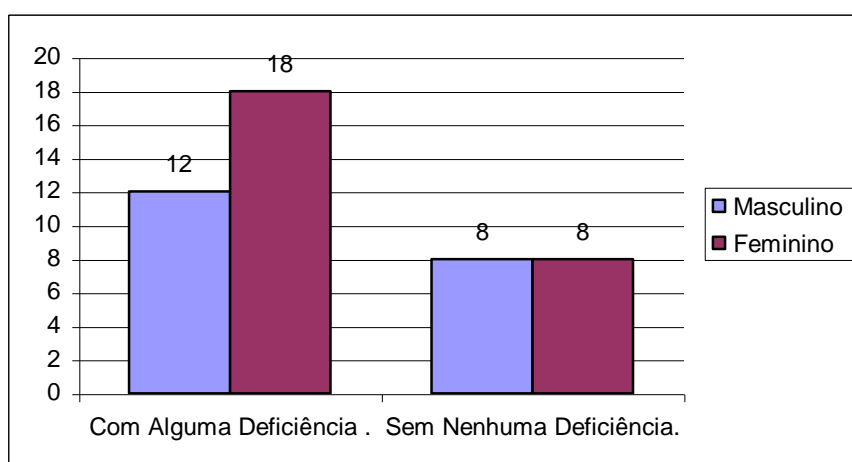
O gráfico 1 mostra que a maior parte dos alunos (quase 60%) do total dos entrevistados se encontra entre os 10 e os 16 anos de idade. Os restantes têm idade superior aos 17. Em termos de género, como se pode constatar, dos 10 aos 17 anos a maior parte é do sexo feminino. Na camada etária superior a vinte anos, encontramos prevalência do sexo masculino. Essa disparidade de idades tem a ver com o facto de, nas escolas secundárias termos optado por contactar 50% de alunos de cada sexo. Já no Centro Nacional de reabilitações optamos por contactar todos os internados. E entre eles há maior número de indivíduos do sexo masculino.

**Gráfico 2: Concelhos de Origem dos alunos inqueridos**



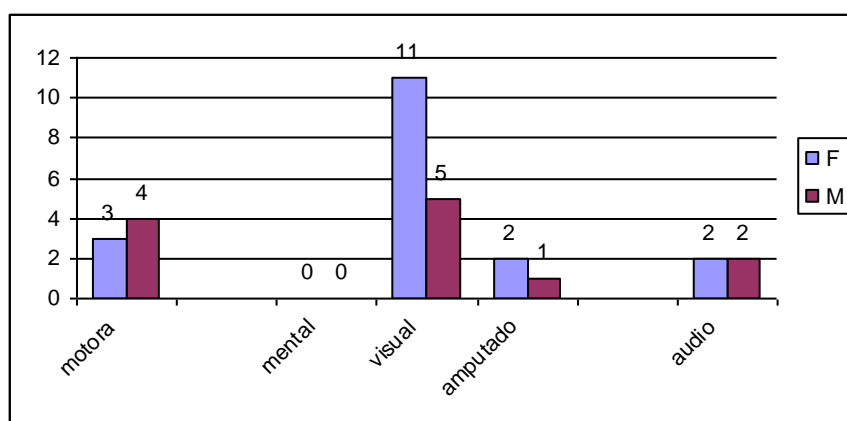
O gráfico 2, por sua vez, demonstra que em termos de Concelho de origem, a maior parte dos alunos (quase 60%) do total os entrevistados vem do Concelho da Praia. Os restantes, de outros Concelhos. De acrescentar que os dos outros Concelhos provêm, tanto de Santiago como das diferentes ilhas do país. Em termos de género, como se pode ver, o sexo feminino predomina em ambos os grupos. Na camada etária superior a vinte anos, encontramos prevalência dos do sexo masculino.

**Gráfico 3: Distribuição dos alunos inquiridos em Portadores e Não Portadores de Deficiência, conforme o sexo**



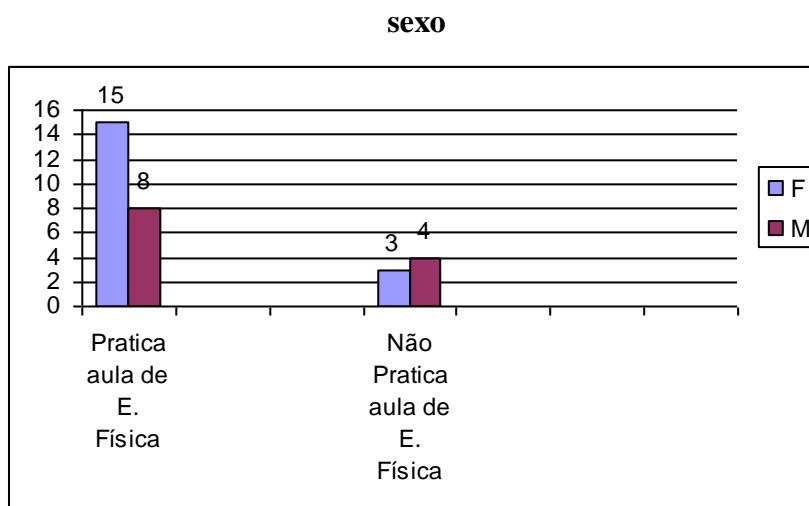
O gráfico 3, mostra que a maior parte dos alunos (quase 50%) do total dos inquiridos possui alguma deficiência Física. Os restantes não têm nenhuma deficiência. Esse último grupo é preenchido essencialmente por alunos das Escolas Secundárias, pois, aqueles do Centro Nacional de Reabilitações são todos portadores de deficiência. Em termos de género, como se pode constatar, a maior parte é do sexo feminino.

**Gráfico 4: Distribuição das diferentes deficiências dos inquiridos, por categoria, conforme o sexo**



O gráfico 4, por sua vez, indica que em termos de tipologia de deficiência, a maior parte dos alunos (34% do total dos entrevistados) tem deficiência visual. De seguida, encontramos os portadores de deficiência motora e, por último, os surdos e amputados. Devemos elucidar que a maior parte dos invisuais são do Centro Nacional de Reabilitação. Em termos de género, como se pode visualizar no próprio gráfico, o sexo feminino predomina nos grupos dos invisuais e dos amputados.

**Gráfico 5: Distribuição dos Portadores de Deficiência inquiridos que praticam aulas de Educação Física na escola em contraponto com aqueles que não praticam, conforme o**



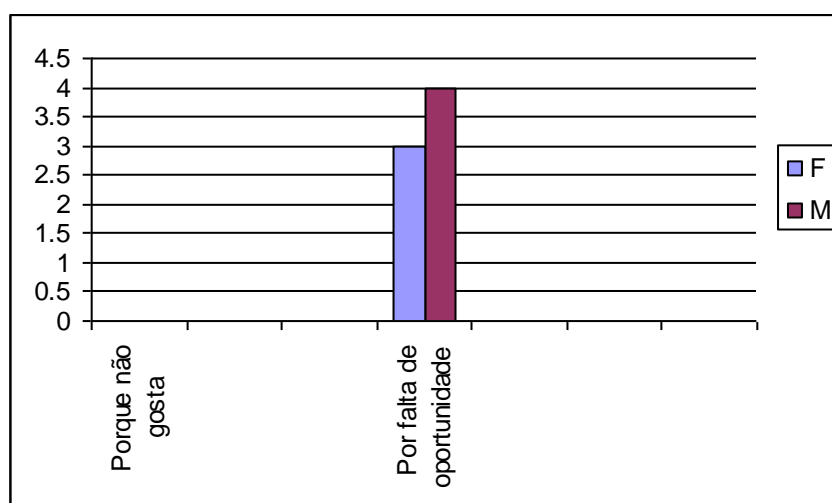
O gráfico 5, mostra que a maior parte dos alunos Portadores de Deficiência (76% do total dos entrevistados) pratica aula de Educação Física no seu estabelecimento de ensino. Os restantes não praticam. Esse último grupo é preenchido essencialmente por alunos deficientes das Escolas Secundárias, pois, os do Centro Nacional de Reabilitações praticam aulas de Educação Física Adaptada, com excepção de um que chegou lá a bem pouco tempo. Em termos de género, como se pode constatar, a maior parte dos que praticam, é do sexo feminino.

**Gráfico 6: Distribuição dos não Portadores de Deficiência inquiridos que praticam aulas de Educação Física na escola em contraponto com aqueles que não praticam, conforme o sexo:**



O gráfico 6, como se pode constatar, indica que a totalidade dos alunos não portadores de deficiência, (100%) praticam aulas de Educação Física escolar. É bom recordar que todos eles são das Escolas Secundárias, pois, no Centro de Nacional de Reabilitações só fomos contactar os portadores de deficiência. Em termos de género, como se pode visualizar no próprio gráfico, o sexo feminino e masculina estão em pé de igualdade.

**Gráfico 7: Motivos que obrigam os Portadores de Deficiência inquiridos a não participarem nas aulas de Educação Física (conforme o sexo).**

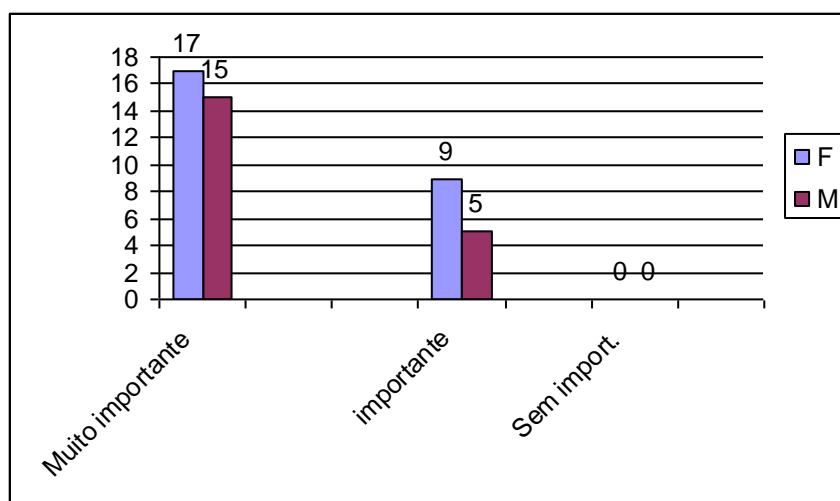


No gráfico 7, temos a informação sobre o motivo da não participação dos Portadores de Deficiência nas aulas de Educação Física: Esta questão refere-se somente àqueles alunos que afirmaram não participar nas aulas de Educação Física. Portanto, não tem a ver com o

universo total dos entrevistados. E temos que a totalidade dos alunos (100%) afirma que o motivo pelo qual não praticam as aulas de Educação Física se prende com o facto de não terem tido oportunidade.

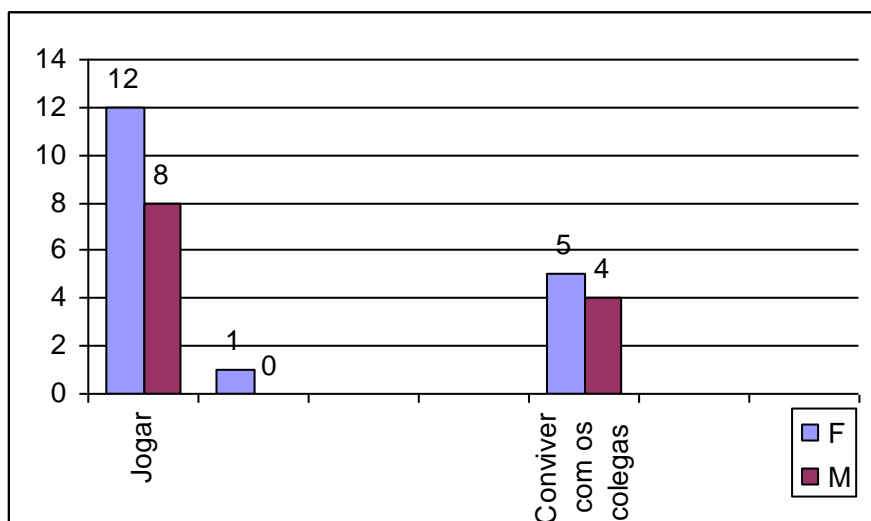
Esse grupo é constituído essencialmente por alunos deficientes das Escolas Secundárias, pois, no grupo dos do Centro Nacional de Reabilitações todos praticam Educação Física adaptada.

**Gráfico 8: Opinião dos alunos sobre a importância da Educação Física e Desporto para a vida social dos mesmos (Universo de portadores e não portadores de deficiência)**



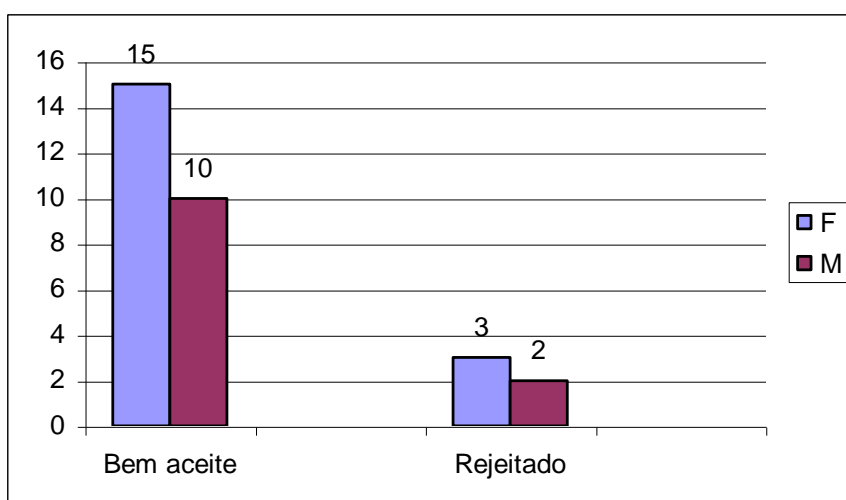
O gráfico 8, demonstra que a maior parte dos alunos (quase 70%) do total dos inquiridos pensa que a Educação Física é muito importante. No seu seio, encontramos uma ligeira prevalência dos indivíduos do sexo feminino. Os restantes, cerca de 30% entendem que a Educação Física é simplesmente importante. Nenhum dos inquiridos descarta a importância da Educação Física e Desporto como meio de integração social dos jovens.

**Gráfico 9: Factores que mais atraem os Portadores de Deficiência para as aulas de Educação Física**



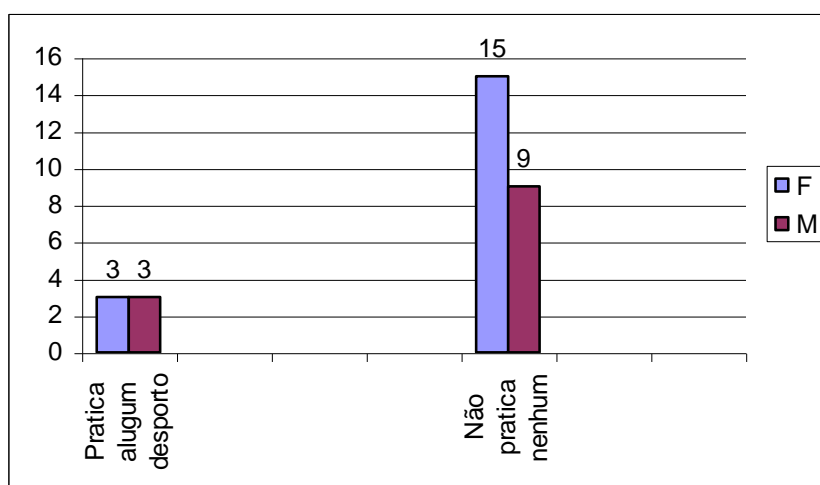
No gráfico 9, temos indicação de que a maior parte dos alunos Portadores de Deficiência (66%) do total dos inquiridos se sentem atraídos para a prática da aula de Educação Física, sobretudo por vontade de poder jogar. Os restantes se distribuem, da seguinte forma: 0,3% para ver os colegas a jogarem e os restantes cerca de 30 % por motivo de necessidade de convívio.

**Gráfico 10: Clima psicológico vivido nas aulas de Educação Física pelos Portadores de Deficiência. (Universo dos portadores de deficiência entrevistados)**



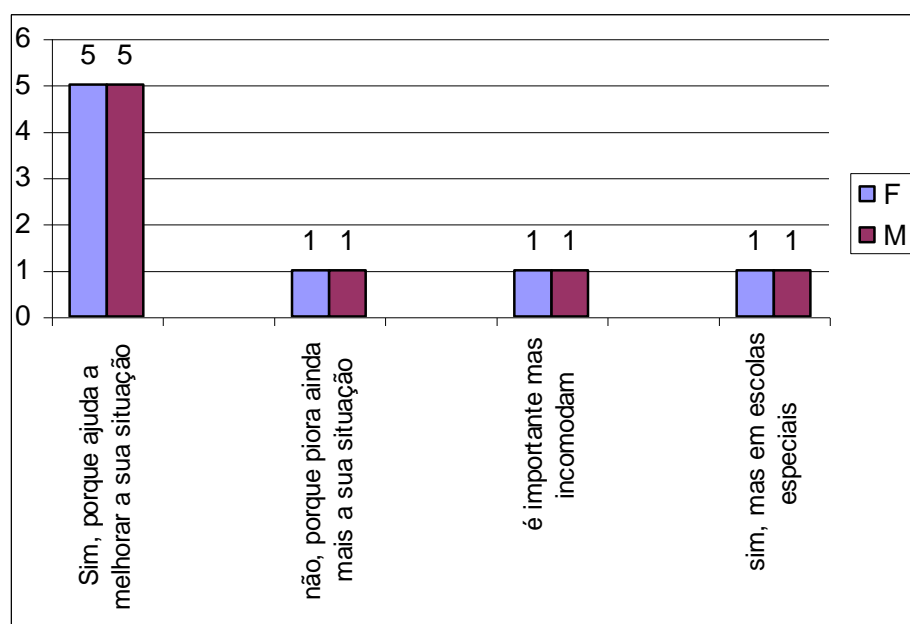
O gráfico 10, demonstra que a maior parte dos alunos portadores de deficiência (83%) do total dos entrevistados sente-se bem aceite nas aulas de Educação Física. Somente 17% se sente-se rejeitados.

**Gráfico 11: Portadores de Deficiência que Praticam algum tipo de desporto fora da escola (universos dos portadores de deficiência)**



No gráfico 11, temos Indicação de que a maioria dos alunos portadores de deficiência (83%) não participam em actividades Físicas e Desportivas fora da escola. Somente 17% o faz.

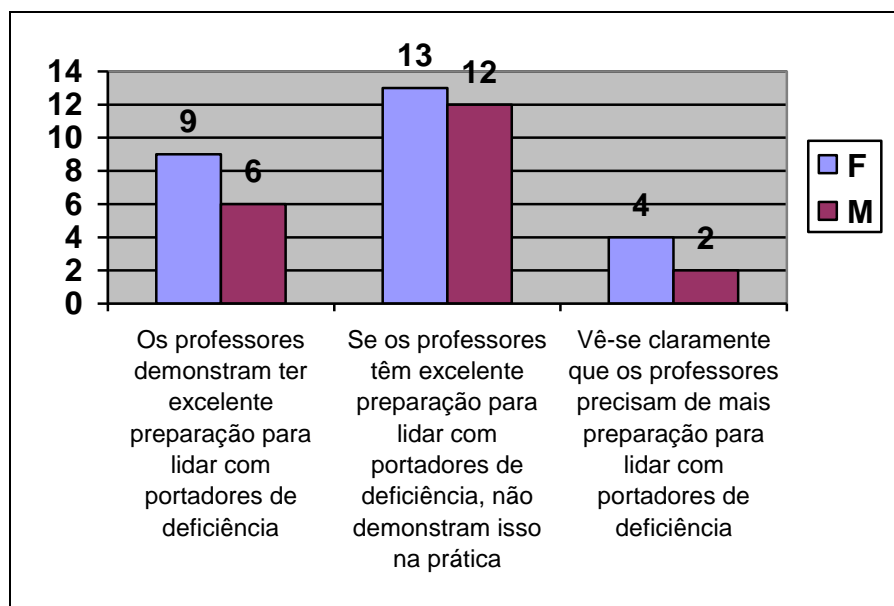
**Gráfico 12: Opinião dos alunos não portadores de deficiência sobre o direito daqueles que são portadores de deficiência em fazer aulas de Educação Física**



No gráfico 12, podemos reparar que a maioria dos alunos não portadores de deficiência (62%) reconhece que as actividades Físicas e desportivas favorecem aos portadores de deficiência. Cerca de 12% pensa que sim, mas que deve ser feito por escolas especiais, 12% pensa que piora a situação deles e outros 12 pensa que as Actividades Físicas favorecem aos portadores

de deficiência mas que acabam sempre por incomodar um pouco àqueles que não são portadores de deficiência.

**Gráfico 13: Opinião dos alunos sobre as competências dos professores para atender convenientemente aos alunos Portadores de Deficiência**



O gráfico 13, demonstra que, a maioria dos alunos (54%) do total dos inquiridos é céptico nas suas opiniões sobre as competências dos seus professores para atender convincentemente aos alunos Portadores de Deficiência, pois, acham que os professores não demonstram ter boa preparação para isso. 30% Pensa que os professores têm boa preparação e destes devemos dizer que fazem parte a totalidade dos inquiridos do Centro Nacional de Reabilitações. Os restantes 16 %, afirmam claramente achar que os professores estão despreparados para esse fim.

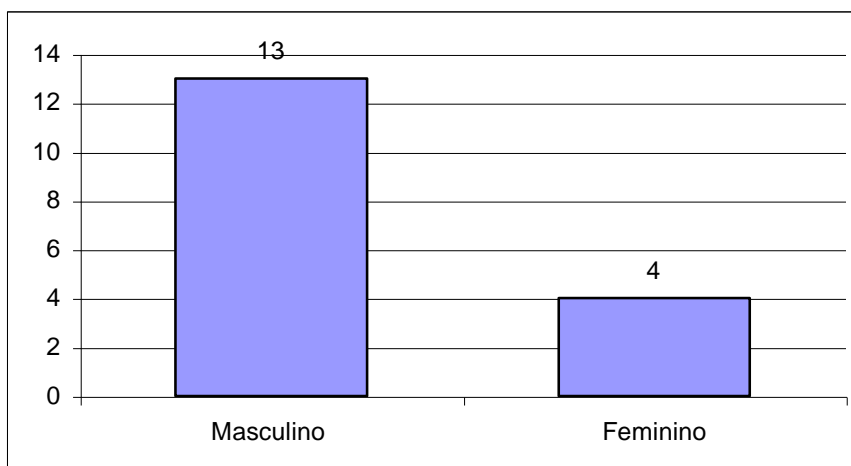
### 5.1.2. Resultado do Inquérito aos Professores

Antes de apresentar os resultados das temáticas intrínsecas do trabalho tratadas com os professores, entendemos descrever brevemente a população docente contactada, constituída essencialmente pelos docentes dos próprios alunos inquiridos. Assim, nos gráficos 13 a 15 temos dados descritivos da amostra docente com a qual trabalhamos. Fazemos breves



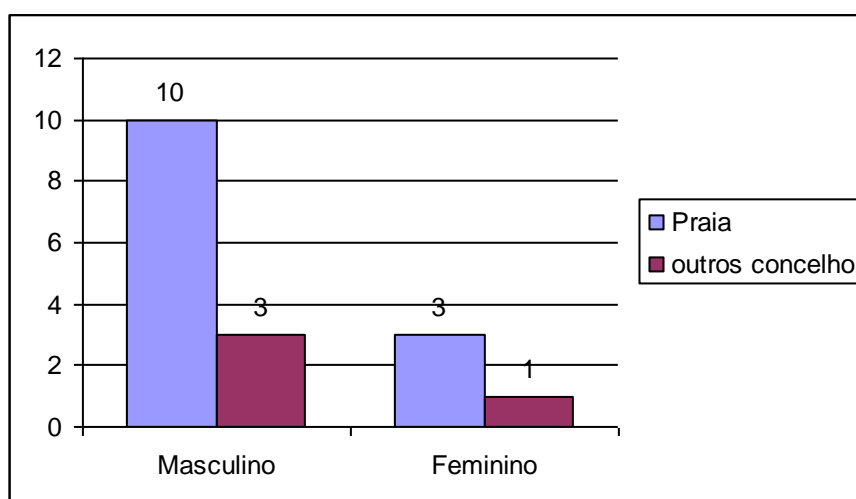
comentários sobre os mesmos. Nesta etapa, de igual forma que no caso dos alunos, os dados são meramente descritivos.

**Gráfico 14: Distribuição dos Professores inqueridos por Sexo**



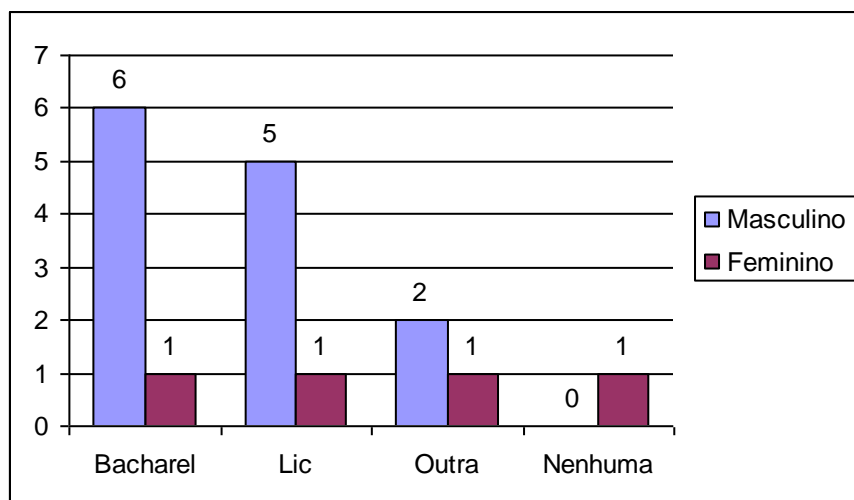
Aproveitamos para mostrar através do gráfico 13, que a maior parte dos professores (76%) do total os inquiridos são do sexo masculino. Somente 26% é do sexo feminino.

**Figura 15: Residência dos Professores inquiridos**



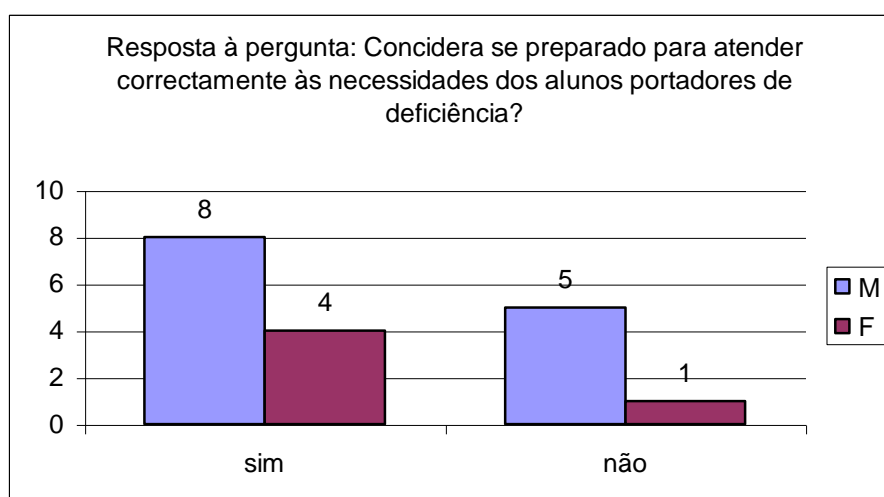
O gráfico 14, demonstra que em termos de Concelho de residência, a maior parte dos professores (quase 76%) do total dos inquiridos são do Concelho da Praia. Os restantes, são de outros Concelhos. De acrescentar que os dos outros Concelhos provêm, tanto de Santiago como das diferentes ilhas do país. Em termos de género, como se podem ver, o sexo masculino predomina em ambos os grupos.

**Gráfico 16: Nível de Formação dos Professores de Educação Física**



O gráfico 15, nos indica o nível de formação profissional de base dos professores inquiridos. Por conseguinte, temos o registo de que a maior parte deles (41%) do total os inquiridos tem o Nível de Bacharel. De seguida, encontramos os portadores de grau de Licenciatura a preencher (35%) e, por último, os restantes 24% com qualquer outra formação sem enquadramento académico superior.

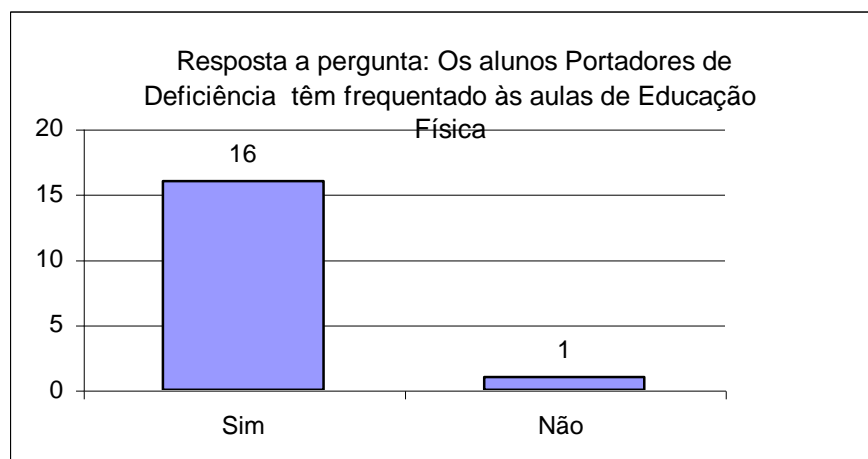
**Gráfico 17: Opinião dos professores sobre as suas próprias competências para atender convenientemente aos alunos Portadores de Deficiência**



O gráfico 16, demonstra que, a maioria dos professores (cerca de 75%) do total dos inquiridos é de opinião de que se encontra preparado para atender corretamente às Necessidades dos alunos Portadores de Deficiência. Os restantes cerca de 25 %, não têm a mesma opinião. Estes entendem-se sem preparação para esse fim. Nessa questão, os professores não têm a mesma

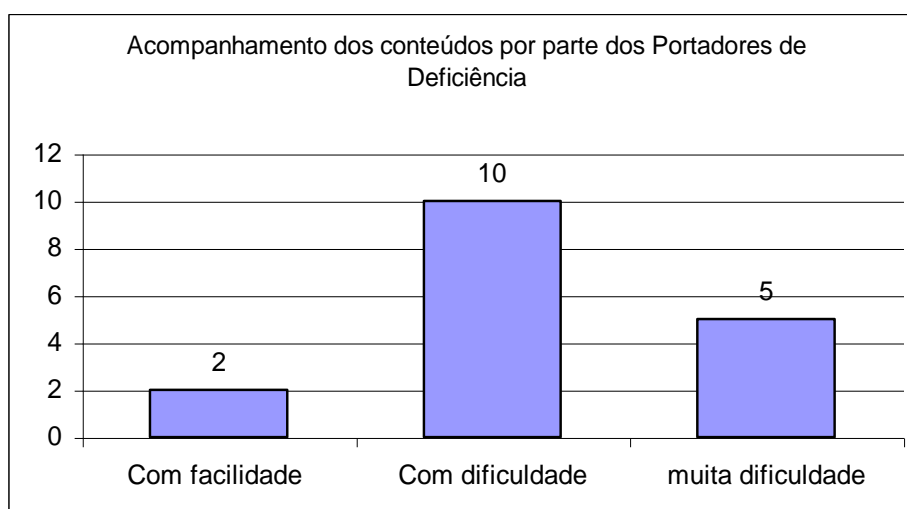
perspectiva que os alunos que, como conseguimos apurar na figura 13, são mais pessimistas nesta matéria.

**Gráfico 18: Opinião dos professores sobre a frequência dos alunos Portadores de Deficiência às aulas de Educação Física**



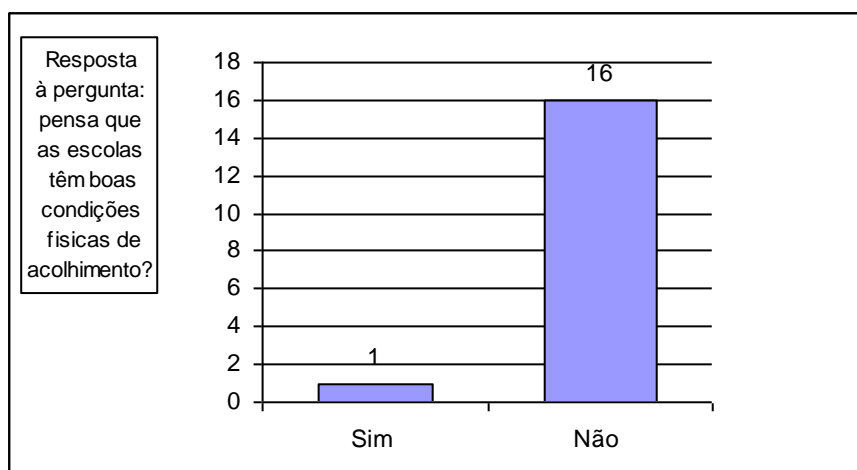
O gráfico 18, mostra que a maior parte dos professores (94%) afirmam que os alunos Portadores de Deficiência praticam aulas de Educação Física no seu estabelecimento de ensino. Somente 6 % afirmam o contrário. Consideramos que, de um modo global, os dois grupos (professores e alunos) se aproximam em termos de opiniões, embora os professores se apresentem mais otimistas que os alunos sobre o mesmo problema, pois, 76% destes são os que comungam da mesma opinião.

**Gráfico 19: Opinião dos professores sobre o nível de acompanhamento dos conteúdos por parte dos alunos**



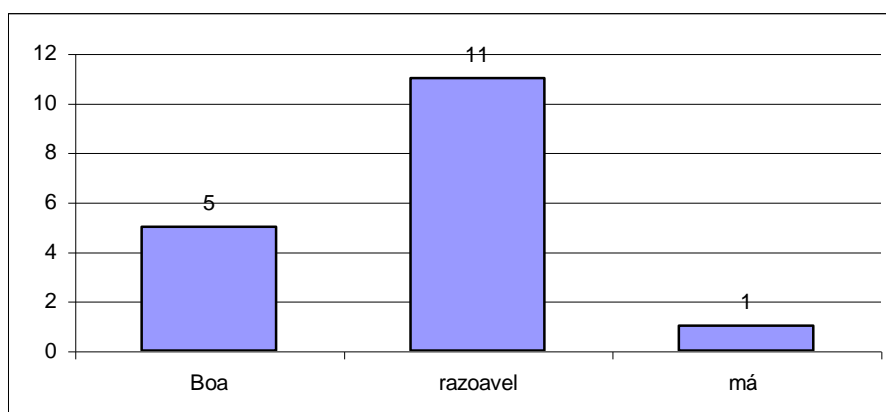
No gráfico 19, podemos ver que na opinião da maioria dos professores (58%), os alunos Portadores de Deficiência acompanham os conteúdos com dificuldade. Isso significa que essa tal grande participação dos Portadores de Deficiência a que tantos os alunos e os professores se referem não é muito eficaz. No gráfico a seguir veremos as opiniões sobre as condições de acolhimento....Ou será que é mesmo por falta de preparação dos professores como afirmam os alunos?

**Gráfico 20: Opinião dos professores sobre as condições físicas de acolhimento das Escolas para os alunos Portadores de Deficiência.**



Sobre as condições de acolhimento das escolas para os alunos Portadores de Deficiência, o gráfico 20, mostra-nos que na opinião da maioria dos professores (94%), as escolas não têm condições. Relembramos que na opinião dos alunos o problema reside no facto de os professores estarem pouco preparados...ou desempenham pouco.

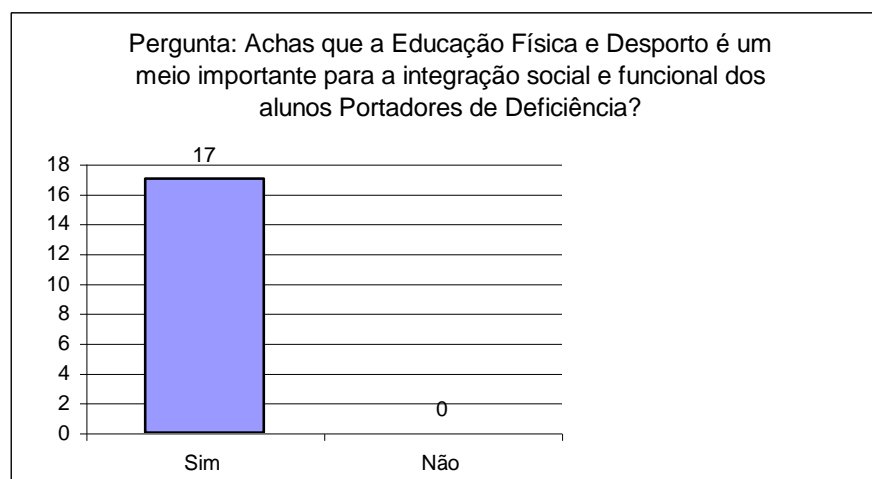
**Gráfico 21: Opinião dos professores sobre as relações existentes entre os alunos Portadores de Deficiências e as ditas “normais” nas aulas de Educação Física.**



No gráfico 21, podemos ver que na opinião da maioria dos professores (64%), os alunos Portadores de Deficiência têm uma relação “razoável” com as outras ditas normais, nas aulas de Educação Física, 35% acham ter uma “boa” relação e apenas 5% considera que a relação é “má”.

Com isso podemos ver que o clima das relações vividos pelos alunos (Portadores de Deficiência e os ditos normais) nas aulas de Educação Física é aceitável na óptica dos professores. De recordar que o gráfico 10, demonstra que a maior parte dos alunos Portadores de Deficiência (83%) do total dos inquiridos sente-se bem aceite nas aulas de Educação Física. Somente 17% se sentem rejeitados. Em termos comparativos, o sentimento dos professores sobre este assunto vai de encontro ao dos alunos. Ou seja, ambos são optimistas.

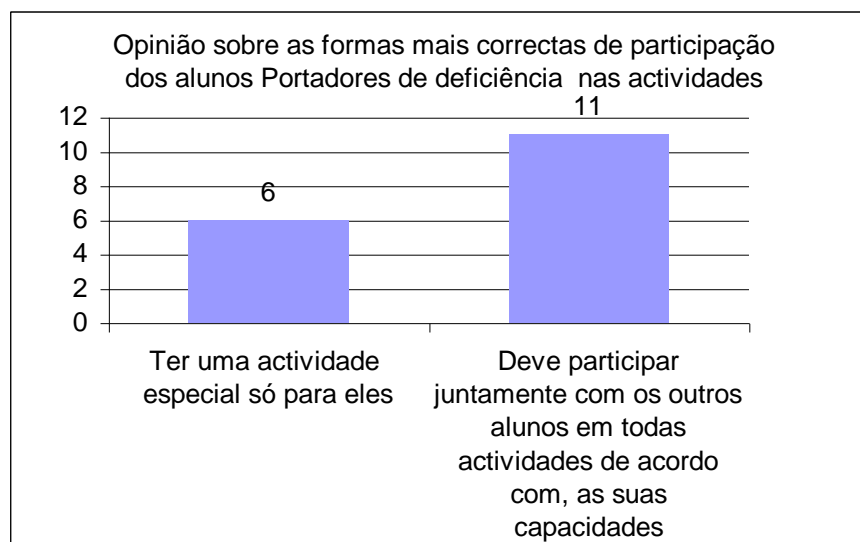
**Gráfico 22: Opinião dos professores sobre a viabilidade de uma Integração através da Educação Física.**



O gráfico 22, acima representado, demonstra que dos 100% dos professores inquiridos, todos afirmam que a Educação Física e Desporto é um meio importante para a integração funcional e social dos alunos.

Consideramos que, de um modo global, dos professores inquiridos, todos têm a ideia do contributo positivo da disciplina de Educação Física para a vida social e funcional dos alunos que têm alguma deficiência. Essa que é, também, o parecer dos próprios alunos, numa proporção, também maioritário de 70% (vide gráfico 8).

**Gráfico 23: Opinião dos professores em como os alunos Portadores de Deficiência devem participar nas aulas de Educação Física**



O gráfico 23, demonstra que, a maioria dos professores (64%) do total dos inquiridos é de opinião de que os alunos Portadores de Deficiência devem participar nas aulas de Educação Física juntamente com os outros alunos ditos “normais” de acordo com as suas capacidades e potencialidades. Os restantes 36% acham que esses alunos devem participar de uma outra forma, tendo uma actividade especial só para eles.

Nessa questão, podemos ver que os professores não têm a mesma perspectiva que os alunos, cuja opinião sobre este assunto se direcciona em outras perspectivas (vide gráfico 12 dos alunos).

#### **2.1.4. Resultado das Observações de Aulas**

Nesta actividade apresentamos o nosso juízo resultante das visitas às escolas. Na sequência dessas visitas levamos uma ficha de registo de ocorrências nos trâmites indicados na tabela a seguir (Tabela 3). Essas ocorrências referem-se a situações vividas no âmbito de aulas de Educação Física e outras aulas observações feitas no recreio e vida escolar em geral.

Efectuamos 10 observações nas escolas onde foram aplicados os inquéritos, que decorreu de Abril a Junho. Em alguns casos, tivemos de repetir a visita às escolas ou para assistir a uma

aula de Educação Física que não tinha sido possível fazer na primeira visita ou para repetir a observação de uma aula que entendemos ter sido insuficiente para tirar conclusões.

**Tabela 3. Quadro Síntese das observações directas às escolas**

	Clima Relacional	Motivos Atractivos	Grau de Participação	Preparação dos docentes	Adequação das actividades
Preocupante	10 Ocorrências de alunos que não querem ver o colega portador de deficiência na sua equipa	Nada de especial observado (nem jogo adaptado, nem materiais especiais nem espaço de acolhimento)	-----	5 Casos em que os professores demonstram completamente distraídos com o facto dos portadores de deficiência assistirem aulas sentados na bancada	Os planos são feitos pensando nos alunos “normais”
Necessita de alguns ajustes	-----	Reparamos alguma adaptação nos jogos	A maioria participa sem grandes sucessos	12 Casos apresentam um trabalho minimamente louvável	-----
Excelente	Em alguns casos encontramos relação inter pessoal muito alto	-----	Quando participam sentem – se bem	De realçar o caso do Centro Nacional de Reabilitação	No Centro Nacional de Reabilitações todos os alunos participam porque as actividades são adaptadas

Em termos de Clima relacional, não somos tão optimistas quanto os alunos e professores pois no inquérito que fizemos, notamos que a maior atracção dos Portadores de Deficiência para as aulas de EF são os jogos, como o próprio gráfico 9 indica. Nesta perspectiva, entendemos ser grave o facto constatado em que alunos não Portadores de Deficiência não quererem ver o colega Portador de Deficiência na sua equipa, justamente a actividade que mais atrai os alunos Portadores de Deficiência para as aulas de Educação Física. Num contexto destes em que

alguém é privado da actividade que mais lhe atrai não podemos dizer que o clima é propriamente ameno e desagradável. Existe um clima eminentemente quando a questão se põe em termos de uma participação do Portador de Deficiência de modo mais efectivo nas actividades.

No campo dos atractivos notamos, à semelhança dos professores e alunos que os Portadores de Deficiência são atraídos pela possibilidade de competição oferecida pelo jogo. Isso constituiria miragem a ter que ser concretizada, pois, não verificamos casos notórios de jogos adaptados, tendo em conta alguns casos de existência de desvantagem significativa em relação à maioria dos alunos da turma.

No domínio das participações, compreendemos o grau de satisfação que os professores e alunos transmitiram, pois, muitos Portadores de Deficiência chegam a ter alguma participação, de facto, nas aulas de Educação Física. O problema é que essa participação não tem grandes sucessos, porque, como já explicamos, não há oportunidades de actividades adaptadas às deficiências.

A nível da preparação dos docentes, somos mais de acordo com os alunos que se mostram cépticos pois, como apresentamos no quadro síntese, fora o caso do professor do Centro Nacional de Reabilitações, notamos casos em que os professores demonstram completamente distraídos com o facto dos Portadores de Deficiência assistirem aulas sentados na bancada.

Por fim, sobre a adequação das actividades, temos a afirmar que, de facto, os planos são feitos tendo em conta sobretudo os alunos “normais” exceptuando o caso do Centro Nacional de Reabilitação.

## **5.2. Analise Geral dos Resultados**

Sobre as características da população não comentamos já que fizemos gráficos específicos para esse assunto. Recordamos que os contactos foram feitos com uma população escolar muito diversificada em que tivemos oportunidade de colher opiniões de alunos e professores afectos às Escolas Secundárias da Capital e do Centro Nacional de Reabilitações, alunos e

---



---

professores de ambos os sexos, originários de vários Concelhos do país, portadores e não portadores de deficiência.

Foi possível constatar que os alunos e professores concordam em muitos aspectos fundamentais problematizados pelo nosso trabalho. É o caso da ocorrência da prática de aulas de EF escolar por parte dos alunos Portadores de Deficiência. Nós concordamos com essa perspectiva que, na verdade, de um modo global, se verifica. Facto é, também, que nem todos os Portadores praticam as ditas aulas e muitas vezes não o fazem com regularidade. O caso em que a prática é mais sistemática e geral é no Centro Nacional de Reabilitação.

Sobre o motivo da não participação dos Portadores de Deficiência nas aulas de EF, constatamos que nesta questão a totalidade dos alunos afirma que o motivo pelo qual não praticam as aulas de EF se prende com o facto de não terem tido oportunidade. Nós confirmamos, pois, não encontramos nenhum caso em nossas observações em que algum aluno tenha recusado a fazer aula por qualquer razão que seja, mesmo sabendo que não há casos de aulas de Educação Física adaptada nas Escolas Secundárias.

Reparamos também que as recusas de alguns docentes em trabalhar com alunos Portadores de Deficiência nas aulas de Educação Física, se deve ao facto de eles não estarem preparados pedagogicamente e ao mesmo tempo pelo receio de que nas praticas poderem estes alunos agravarem as suas deficiências nas aulas praticas, concluímos que esta acção é um acto responsável e adequado por parte dos docentes.

No que tange à validade da Educação Física e Desporto como meio de integração social dos jovens, alunos e professores concordam e nós, na nossa observação, reparamos que, na prática, de facto, aqueles que praticam as aulas se sentem mais realizados e integrados. A maior parte dos alunos Portadores de Deficiência se sente, na verdade, atraído para a prática da aula de Educação Física, sobretudo por vontade de poder jogar. O motivo “necessidade de convívio” entra sim, mas não como prevalência superior. Concordamos com os alunos, mesmo porque muitos deles confundem a noção de aula de Educação Física com aula de jogo. O convívio, ele ocorre normalmente em outros cenários de vida escolar de modo que a aula de Educação Física não é visto pelos alunos como o palco de convívio por excelência.

---

---

Concordamos, também com a opinião de que, de um modo geral, a maior parte dos alunos Portadores de Deficiência sentem-se bem aceites nas aulas de Educação Física quando a praticam. A rejeição ocorre mas não de modo sistemático e generalizado. São casos esporádicos que nem por isso deixam de ser preocupantes como frisamos na nossa tabela de observação da realidade em que os alunos não Portadores de Deficiência têm alguma reticência em seleccionar os alunos Portadores de Deficiência para a sua equipa. Essa atitude, contudo é muitas vezes compreensível, pois o próprio sistema é bastante eliminatório porque os alunos aprendem implicitamente que vale a pena jogar para ganhar. Por isso essa é mais uma questão a ser analisada profundamente a nível do sistema que se calhar precisa ser todo ele readaptado caso a caso.

Em termos de mentalidade a favor da integração, notamos que a maioria dos inquiridos, tanto professores como alunos Portadores e não Portadores de Deficiência reconhece que as Actividades Físicas Educativas e Desportivas favorecem aos Portadores Deficiência. Número pouco significativo defende que o desenvolvimento dos Portadores de Deficiência deve ser feito por escolas especiais. Isso demonstra algum discurso favorável embora muitas das vezes a prática das pessoas desminta essa perspectiva optimista.

Já afirmamos acima que a maioria dos alunos é céptica nas suas opiniões sobre as competências dos seus professores para atender convenientemente aos alunos Portadores de Deficiência, pois, acham que os professores não demonstram ter boa preparação para isso. Os professores, como já demonstramos, são um pouco mais optimistas. Da nossa parte, por aquilo que observamos, somos obrigados a concordar com os alunos e reforçar que há casos particulares de louvar mas há casos preocupantes de descuido como aliás já demonstramos na tabela 3. São os próprios professores a afirmarem que os alunos Portadores de Deficiência acompanham os conteúdos com dificuldade. Ora, tal situação demonstra que os mesmos estão fazendo a sua parte que é ir para as aulas e participar em termos de presença. No entanto, só isso não chega. É preciso cuidar do processo. Por isso, essa dificuldade pode ser relacionada justamente com a inadaptação da escola em termos de espaço, dos materiais, do programa, das actividades e dos professores que podem estar sem habilidades pedagógicas adequadas ao assunto.

---

## Conclusão

As pesquisas bibliográficas e documentais que tivemos de fazer sobre a temática em estudo, contribuíram de modo significativo para aquilo que é hoje a nossa concepção teórica deste assunto e, em termos práticos, o marco teórico deste trabalho. Nele respondemos aos principais anseios conceptuais iniciais do trabalho. Por outras palavras, serviu para criarmos uma espécie de refinamento da linguagem, tendo em conta o pano de fundo, a temática em estudo. Clarificámos os termos ligados ao assunto e as definições convenientes para o trabalho, adquirimos novas definições, criando assim uma linguagem apropriada referindo aos fenómenos e assuntos pelos termos apropriados como convém. Neste campo, pensamos ter abordado de forma satisfatória as necessidades conceptuais iniciais.

A problematização inicial era a de que os alunos Portadores de Deficiência, sofrem, por um lado, por serem diferentes e possuidores de Necessidades Especiais, vêm-se incapazes de atingir o pleno sucesso escolar, sobretudo nas aulas de EF. Por outro lado, pelo facto de a maioria dos docentes que trabalham com eles não estarem preparados para os atender da melhor forma possível. Essa abordagem teve de ser discutida com base num trabalho empírico, como é óbvio. Assim temos o tema para o nosso ingresso no terreno para um exaustivo trabalho prático.

O trabalho empírico, por conseguinte, ocorreu com base na realização de inquéritos, e observação directa do universo escolar na perspectiva dos alunos portadores de deficiência que tentam realizar-se nesse universo.

Confirmamos a nossa hipótese inicial e atingimos os objectivos inicialmente traçados. De facto, podemos afirmar que, pela consulta e análise das exigências do programa escolar para a disciplina de EF, não existe uma perspectiva programática que prevê uma Educação Física e Desportiva na lógica da integração dos alunos portadores de deficiências. Os professores têm deficiente formação teórico - prática para lidar com o assunto e os alunos estão sensibilizados, mas não satisfatoriamente. Assim, o problema de integração dos alunos, mais do que uma questão de processo é um problema profundo do próprio Sistema Educativo.

---

Fazendo uma retrospectiva sobre a nossa motivação inicial para desenvolver uma investigação no âmbito das Actividades Físicas Educativas para pessoas com Necessidades Educativas Especiais, mais especificamente no que diz respeito ao valor da Educação Física e actividades físicas desportivas em geral para a Integração dos alunos Portadores de Deficiência na sociedade, deveu-se ao facto de, como já explicamos na introdução, termos tido a oportunidade de ser confrontados com essa problemática no âmbito do próprio curso.

Nesse sentido formamos uma convicção de que o problema ficaria resolvido, com adaptações nas construções e apetrechamento de material específico nas escolas, exposições de seminários e palestras sensibilizadoras para alunos e professores sobre a necessidade de incluírem os alunos portadores de deficiência nas actividades escolares. De facto, confirmamos que isso faz falta mas, mais do que isso, é necessário mexer com os conceitos já formados sobre a finalidade da aula de EF e do próprio Sistema Educativo que, ainda que implicitamente, passa o sentimento de competição em vez de cooperação, eliminação em vez de complementaridade no seio dos professores e alunos. Essa perspectiva, na nossa humilde opinião, passa por uma revisão curricular que contemple explicitamente termos para uma Educação Física Adaptada ou adaptável conforme as necessidades.

Os inquéritos de opinião confirmaram a Hipótese inicial do trabalho que elege a EF como meio excelente para a Integração dos Portadores de Deficiências na escola e na sociedade. De um modo geral os alunos e professores comungam dessa opinião embora na prática o processo possa falhar muitas vezes por falta de condições e instrumentos como já demonstramos. O trabalho afirma, ainda, inicialmente, que as Escolas Secundárias da Praia não estão preparadas em termos de infraestruturas, pessoal e currículo para atender às Necessidades Desportivas dos Portadores de Deficiência. Confirmamos isso tanto em termos de observação directa como na opinião dos efectivos docentes e discentes contactados.

Assim, numa breve referência aos objectivos iniciais, estamos em condições de afirmar que o trabalho demonstrou que o contributo da Educação Física e Desportiva na integração dos alunos Portadores de Deficiência na nossa sociedade é considerável.

Especificamente, poderíamos demonstrar teoricamente que a aplicação de um programa de EF que contemple actividades adaptadas para alunos Portadores de Deficiência poderá contribuir

---

---

para a sua melhor realização como pessoa na escola e na sociedade como afirma “Cidade e Freita, 1997”.

Estudamos e analisamos a realidade da prática das aulas de Educação Física e Desportiva para alunos Portadores de Deficiência nas Escolas Secundárias da cidade da Praia, da qual ficamos com uma ideia formada sobre o grau de realização dos Portadores de Deficiência neste campo e vimos que ela não atinge aos anseios de integração como seria de desejar.

Visitamos as escolas da cidade da Praia que trabalham com estes alunos e averiguamos a realidade em termos de condições de infra-estruturas, humanas e programáticas para atendimento das NEE no domínio da prática da EF. Constatamos que essas condições estão muito aquém de responder às reais demandas. Apuramos a opinião dos alunos e professores sobre a pertinência do atendimento das NEE na concepção e concretização dos programas e actividades educativas e conhecemos as suas opiniões sobre a situação em termos de condições.

Por tudo isso, afirmamos que valeu a pena ter feito este trabalho, apesar das inúmeras dificuldades e constrangimento encontradas, conseguimos atingir amplamente os objectivos preconizados.

---

## Recomendações

Com efeito, apresentamos, humildemente, algumas ideias em jeito de recomendação.

Mas antes disso, é de se realçar que nunca é dado como acabado nenhum trabalho, uma vez que sempre aparecerão aspectos esquecidos e outros que simplesmente foram deixados de lado. E também porque ninguém consegue elaborar um trabalho que dê uma satisfação total para os receptores ou leitores.

Nesta perspectiva com base no desenrolar dos procedimentos para a preparação e elaboração deste trabalho recomendamos o seguinte:

Um passo importante para assegurar a integração, é a promoção da educação inclusiva, que não deve ser apenas destinada às pessoas com deficiências, mas também à sociedade como um todo, de modo a prepará-la para incluir pessoas com deficiências.

No nosso país, cabe às Instituições e responsáveis nesta matéria, através dos seus quadros, criar as condições para tal, apostando na formação ao corpo docente do concelho, fazendo com que cada um dos intervenientes do processo de ensino/aprendizagem assumam o seu papel, investindo:

- ✓ Na sensibilização e na formação;
- ✓ Na melhoria da organização funcional, física e humanas das escolas na óptica da integração dos alunos Portadores de Deficiência;
- ✓ Na adequação das escolas em termos de recursos materiais e físicos;
- ✓ Adequar as escolas com os meios necessários ao atendimento das NEE;

A Nível da Educação Física:

- ✓ Os professores de EF devem proporcionar todas as adaptações que a criança necessita. Devem, ainda, adaptar equipamento e tornar as actividades possíveis, mesmo que a criança seja pouco hábil.
-

- 
- ✓ Os professores não devem excluir os alunos com NEE das aulas de EF. Os mesmos devem tomar uma decisão responsável sobre o currículo, com a supervisão de um médico e dos pais do aluno com deficiência.
  
  - ✓ O programa de EF deve ser considerado como uma parte obrigatória da educação geral do aluno portador de deficiência. Cada criança com uma deficiência tem o direito de participar na actividade física e deve ser avaliada neste domínio.

Segundo Cidade e Freita (1997), os professores de EF devem ter um conhecimento básico relativo ao seu aluno, como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Segundo o mesmo autor, implica também que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físico, sensorial, neurológico); cognitivo; motor; integração social e afectivo-emocional.

Afirma ainda, que o professor, conhecendo o educando, poderá adequar a metodologia a ser adoptado, levando em consideração:

*“ Em que grupo de educando haverá a maior facilidade para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos”. Por quanto tempo o aluno pode permanecer atento às tarefas solicitadas, para que se possa adequar as actividades às possibilidades do mesmo; “os interesses e necessidades do educando em relação às actividades propostas”; a avaliação constante do programa de actividades possibilitará as adequações necessárias, considerando as possibilidades e capacidades dos alunos, sempre em relação aos conteúdos e objectivos da Educação física.*

Além disso, é conveniente que o professor de EF considere alguns aspectos fundamentais, necessários e já mencionados para uma melhor adequação das tarefas ao tipo de necessidade (como forma de minimizar as barreiras para a aprendizagem) que os alunos apresentar.

Cidade e Freita (1997) defendem a aprendizagem global versus aprendizagem por partes. Ele defende ainda que:

1. *“A aprendizagem por partes é conveniente quando a complexidade da tarefa vai aumentando. A demonstração do modelo total pode ser o mais adequado quando o movimento não pode ser decomposto ou quando a tarefa se apresenta de fácil execução.*
-

*O objectivo é conseguir que o aluno perceba a globalidade do acto motor e seja capaz de o executar”.*

*2. “O professor de EF deverá prestar ajuda ao aluno que necessite dela para executar o movimento, procurando escolher a que seja mais adequada a situação, seja ela verbal ou por demonstração”.*

“Não existem nenhum método ideal ou perfeita da educação física que se aplique no processo de inclusão, porque o professor sabe e pode combinar numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos”. ([www.efedeportes.com](http://www.efedeportes.com))

---



## **Bibliografia**

Aviz (1998). A inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na educação física escolar. [On-line] <http://www.ufsm.br/cef/revista/Index.htm> (consultado em 12 de Maio de 2006, 12:06).

ASSEMBLEIA NACIONAL. Constituição da República de Cabo Verde. Praia. Assembleia Nacional. 1999 - 1ª Revisão Ordinária.

ARÉNILLA, Louis et al. Dicionário de pedagogia, Instituto Piaget. Lisboa, 2001.

BARATA, João, COELHO, Olímpio. Hoje a Educação Física. Lisboa. 1999.

BELBENIT, Georges. O Desporto na Escola. Editorial Estampa. 1974.

BORGES, G; Alinho, R. (1997). Programa da Disciplina de Educação Física-1º ciclo do Ensino Secundário (7º e 8º anos). Cabo Verde: Ministério da Educação Ciência e Cultura.

BORGES, G. (1997). Programa da Disciplina de Educação Física. 2ºciclo (9º e 10º anos). Cabo Verde: Ministério da Educação Ciência e Cultura.

BOTA, Ioan et al. Praxanomia da Educação Física e do Desporto. Instituto Piaget.Lisboa.2005.

CORREIA, Luís de Miranda et al. *Horizonte In: Revista - Uma nova política em educação*. nº 04, vol.I.1992.

Educação Especial em linha. <http://www.minedu.cv/SistEducat/eduEspecial.html>  
[Consultado. 2006-08-25]

ESTELA, P.R. Lamas et al. Contributo para uma Metodologia Científica mais Cuidada. Instituto Piaget. Lisboa. 2001.

---

---

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) - Recenseamento Geral da População, 1990 e 2000. Praia. Imprensa Nacional.

LELLO UNIVERSAL. Enciclopédia Universal. Lello e Irmão. Vol.1º. Porto.

Lowenfeld (1973). *Evolução do estatuto do deficiente na sociedade*. In: Revista Educação Física e Desporto. nº 4, vol. I.1984.

Nogueira, (2000). Educação Física: um espaço facilitador na integração do aluno portador de deficiência em classe comuns. [On-line] <http://www.ufsm.br/cef/revista/Index.htm> (consultado em 12 de Maio de 2006, 12:06).

PEREIRA, Leonor Munis. *Evolução do estatuto do deficiente na sociedade*. In: Revista Educação Física e Desporto. nº 4, vol. I.1984.

POTTER, J.C. El Desporto para los Diminuitos. Lisboa. Editora - Ministério da Educação e Cultura. 1986.vol.XXIII.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão, construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. 1997.

SILVA, S.M.A. e Krung, H.M. (sp) Inclusão de pessoas portadores de necessidade e especiais na Educação Física escolar: um estudo de caso. [On-line] <http://www.ufsm.br/cef/revista/Index.htm> (consultado em 12 de Maio de 2006, 15:06).

SOBRAL, Francisco. (1980). Introdução à Educação Física. Lisboa. 1988

VAYER, Pierre RONCIN, Charles. Integração da Criança Deficiente na Classe. Instituto Piaget. Lisboa. 1992.

Www.efedeportes.com. Educação Física como meio de integração (consultado. 2006 - 08- 24)

---